



1290004013

TCC/UNICAMP
G585t
IE

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

Disciplina CE-851 A – Monografia II

CEDOC - IE - UNICAMP

Relatório Final

Título: A Transição do Trabalho Compulsório para o Trabalho Assalariado e Impacto na Formação do Mercado Interno do Brasil e da Argentina

Aluno: Alexandre De Podestá Gomes - RA: 030887

Orientador: Plínio Soares Arruda Sampaio Júnior

CEDOC - IE - UNICAMP

TCC/UNICAMP
G585t
1290004013/IE

16/06/2007

Índice

I) Introdução	3
II) Brasil	7
a) Introdução: a crise do trabalho compulsório	7
b) O processo de Solução da Crise	11
b.1) Política Agrária.....	21
b.2) A Solução Adotada	27
c) Os Efeitos da Solução Adotada sob a Ótica do Mercado Interno	30
c.1) Inserção do País na Divisão Internacional do Trabalho	32
c.2) Características da Distribuição de Renda entre Salários e Lucros ...	34
III) Argentina	38
a) Introdução: a crise do trabalho compulsório.....	38
b) O processo de Solução da Crise	44
b.1) Expansão Territorial e Ferrovias	47
b.2) Política Agrária	54
b.3) A Solução Adotada.....	61
c) Os Efeitos da Solução Adotada sob a Ótica do Mercado Interno	65
c.1) Inserção do País na Divisão Internacional do Trabalho.....	67
c.2) Características da Distribuição de Renda entre Salários e Lucros....	68
IV) Conclusões	72
Anexo: mapas e estatísticas	77
Bibliografia.....	80

1) Introdução

Neste trabalho de monografia analisaremos os processos de transição do trabalho compulsório para o trabalho assalariado em dois diferentes países latino-americanos: Brasil e Argentina. Os processos ocorridos nesses países em questão certamente possuem similaridades e divergências. O passado colonial é marco comum aos dois países, porém diferenças importantes são notadas ao longo do processo.

Ao início do processo de transição para o trabalho assalariado, os países encontravam-se em pontos diferentes quanto ao tipo e organização da mão de obra, base produtiva predominante, organização territorial e estrutura agrária. Essas diferenças certamente influenciaram nos processos de transição ocorridos em cada país. Além do mais, durante o processo de transição, especificidades relacionadas a cada um dos países ocorreram – referentes ao uso e apropriação da terra, políticas de imigração adotadas, controle político do Estado, ocupação da fronteira agrícola - impactando no resultado final do processo como um todo.

Devemos situar o processo de transição para o trabalho assalariado nesses dois países latino-americanos dentro de um contexto maior, qual seja, o de transformações no comércio internacional e formação de um sistema de divisão internacional do trabalho formado na segunda metade do século XIX, concomitante com a relação centro-periferia no capitalismo mundial.

Ponto inicial dessa análise é a revolução industrial inglesa, datada de fins do século XVIII. As atividades industriais eram dotadas de uma capacidade de avanço tecnológico sem precedentes na história humana, e o aumento da produtividade do trabalho, gerando grandes rendimentos para os proprietários das atividades industriais, era marco distintivo desse processo.

Como inicialmente a revolução industrial estava concentrada na Inglaterra, logo ficou claro para esse país que especializar-se na produção de bens industriais e com eles obter os produtos primários necessários via comércio internacional poderia ser mais vantajoso do que produzir ambos.

Assim, assiste-se na segunda metade do século XIX a formação de um sistema internacional de divisão do trabalho. Para que isso fosse possível, foi imprescindível o desenvolvimento de meios de transporte mais rápidos e eficientes. Os transportes marítimos passaram por grande evolução no período, aumentando de sobremaneira sua capacidade de transporte. Se no plano oceânico os navios a vapor foram grandes

inovações responsáveis pelo transporte de mercadorias inter-continentalmente, dentro de cada continente as ferrovias desempenharam papel semelhante. Durante o século XIX grandes áreas na América e Oceania eram ainda desabitadas e não aproveitadas economicamente. O advento das estradas de ferro foi fundamental para integração física desses territórios e permitir o transporte de mercadorias a baixo custo até portos de exportação. Como consequência, houve a baixa dos preços das matérias primas e alimentos, tornando a integração de diversos territórios dispersos no globo ao capitalismo mundial algo concreto.

Nas palavras de Furtado (2007), “... tomou forma um sistema de economia mundial baseado na divisão internacional do trabalho. As atividades econômicas de uma parcela crescente da humanidade passaram a comportar-se como elementos interdependentes de um conjunto articulado”.

Assim, houve um notável movimento de integração econômica no período, acompanhado por um comércio mundial em franca expansão. No entanto, esse processo apresentou nítidas assimetrias: foi clara a existência de um núcleo que concentrava grande parte da atividade industrial, além de ser o centro financiador, via exportação de capitais, da infra-estrutura de meios de transporte e principal mercado importador de produtos primários. Essa concentração teve uma contrapartida dentro do sistema de divisão internacional do trabalho. Provocou, no outro extremo do sistema, um estímulo à especialização geográfica que favoreceu o “rápido povoamento dos grandes espaços vazios das regiões de clima temperado e a reorientação da produção primária de outras áreas, as quais se especializaram na exportação de matérias-primas” (Furtado (2007)).

Brasil e Argentina certamente se situaram na periferia do sistema, ao passo que a Inglaterra representava seu núcleo ou centro. Todavia, cabe fazer uma distinção no que toca à inserção desses dois países latino-americanos na divisão internacional do trabalho.

A Argentina se situou como um típico caso de economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado. A produção exportável baseou-se no uso extensivo da terra e concorria com a produção agrícola dos próprios países em processo de rápida industrialização, além dos territórios de recente povoamento europeu, casos de Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Os índices de rentabilidade eram altos e, como afirma Furtado (2007), a Argentina (bem como o Uruguai) “apresentava características similares às das regiões anteriormente referidas como constituindo simples fronteira da economia européia em processo de industrialização”.

Já o Brasil situou-se como um típico caso de economia exportadora de produtos agrícolas tropicais. A rápida expansão da demanda internacional por café no período em questão permitiu aos produtos tropicais desempenharem um papel dinâmico na integração da economia latino-americana no comércio internacional. No entanto, segundo Furtado (2007) “os produtos tropicais, se bem que tenham permitido abrir importantes áreas de povoamento, tiveram, de maneira geral, significação reduzida como fator de desenvolvimento”. Uma exceção dentro desse modelo certamente foi o da região cafeeira de São Paulo, exemplo mais expressivo de produto tropical exportável que desempenhou papel de relativa importância quanto ao desenvolvimento do país.

A integração dos dois países ao sistema de divisão internacional do trabalho constituiu um período de rápido crescimento e mudanças sócio econômicas para ambos. Foi justamente nesse período que Brasil e Argentina, cada qual com suas especificidades, passaram por seus processos de transição do trabalho compulsório para o trabalho assalariado. Concomitantemente, observou-se grande fluxo de imigração européia chegando aos dois países, aumento do excedente econômico exportável, urbanização, povoamento de áreas mais remotas e recebimento de capitais estrangeiros.

Pode-se dizer que existe um certo consenso nas teorias econômicas em que a formação do mercado de trabalho contribui diretamente para a formação de um mercado interno nacional. É condição necessária, mas não suficiente. Além desse ponto, é importante analisar a internalização da produção de bens manufaturados e o deslocamento do centro dinâmico da economia, do comércio externo para os fluxos de gasto e renda que se exercem primordialmente dentro do espaço nacional. O estudo da transição do trabalho compulsório para o trabalho assalariado tem grande importância na formação e consolidação dos respectivos mercados internos de Brasil e Argentina, e é nesse ponto que a análise irá se debruçar.

À medida que contingentes da população de um Estado Nacional vão transitando de formas de trabalho compulsório rumo a formas de trabalho em que a remuneração se dá por pagamentos monetários, desencadeia-se o processo de formação do mercado interno do Estado Nacional em questão, que tende a tornar-se mais vigoroso. Desse modo, um país que passa precocemente por esse processo de transição, terá mais cedo a formação de seu mercado interno nacional. Ao contrário, um país que resiste ao trabalho assalariado, mantendo a força de trabalho nacional remunerada em formas não-monetárias ou o trabalho escravo, irá retardar a criação e consolidação de seu mercado interno.

Se a formação do mercado de trabalho contribui diretamente para a formação de um mercado interno nacional, também se pode afirmar que o trabalho assalariado, conjugado com um vigoroso e crescente mercado interno, contribui decisivamente para a formação do capitalismo nacional nos Estados em questão. Como se observa, apesar do projeto de pesquisa ficar restrito ao entendimento de como as especificidades da transição para o trabalho assalariado condicionaram as diferentes estruturas de mercado interno, essa é uma discussão que está inserida num tema maior, que envolve a formação de um capitalismo nacional. O estudo das estruturas do mercado de trabalho e do mercado interno, bem como a formação de ambos é, portanto, de suma importância na discussão mais geral da formação e desenvolvimento do capitalismo nas economias latino-americanas.

Esta monografia está dividida em quatro capítulos. Depois da Introdução (capítulo I), o Capítulo II debruça-se na análise do processo de transição do trabalho compulsório para o trabalho assalariado no Brasil e seus impactos na formação do mercado interno brasileiro. O Capítulo III faz o mesmo percurso, porém para o caso argentino. Os dois capítulos seguem a mesma estrutura: primeiramente (item a) introduzindo a crise do trabalho compulsório em cada país, depois discorrendo sobre o processo de solução dessa crise (item b) e finalmente o estudo dos impactos da solução adotada para a crise do trabalho compulsório sobre o mercado interno (item c). O item b é dividido em dois sub-itens para o Brasil (Política Agrária e A Solução Adotada) e em três sub-itens para a Argentina (Expansão Territorial e Ferrovias; Política Agrária e A Solução Adotada). O item c de ambos os capítulos são divididos em dois sub-itens: Inserção do País na Divisão Internacional do Trabalho e Características da Distribuição de Renda entre Salários e Lucros. Por fim, o capítulo IV fica a guisa das conclusões.

II) Brasil

a) Introdução – A Crise do Trabalho Compulsório

Desde sua colonização, o Brasil foi marcado pela produção de produtos tropicais agrícolas para a exportação. No período que abrange nossa pesquisa, o café desempenha o papel de principal atividade produtiva do país. A primeira região brasileira a produzir em larga escala o produto, ainda na primeira metade do século XIX, é a região do Vale do Paraíba. O trabalho utilizado era unicamente o escravo negro africano, mão de obra que sempre foi utilizada no Brasil, em outras atividades econômicas e em outras regiões também.

A expansão econômica do Brasil, portanto, esteve ligada, a partir do final da primeira metade do século XIX, à expansão do complexo cafeeiro escravista do sudeste brasileiro. Durante esse período, as lavouras de café expandiram-se rumo ao Oeste Paulista, região em que as terras encontravam-se além de disponíveis, em excelente qualidade, devido à suas características de clima, fertilidade e topografia, como atesta Cano (1977). A expansão cafeeira estava ligada, desse modo, além da disponibilidade de terras, à mão de obra escrava utilizada em larga escala nesse empreendimento.

Segundo Costa (1982), por volta do período da Independência brasileira, o país contava com pouco mais de 3,5 milhões de habitantes, sendo destes 1,5 milhões escravos. Eles constituíam a principal força de trabalho da economia, atuando nas grandes plantações, na cidade e no campo, às vezes como “vendedores ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos e carreiros”, segundo a autora. Dentre todas essas atividades, eles situavam-se particularmente inseridos nas fazendas produtoras de produtos tropicais para exportação, que encontravam cada vez mais uma demanda internacional em expansão.

Assim, se a produção desses itens de exportação – essencialmente o café a partir da segunda metade do século XIX – encontrava-se em expansão, era necessário ao produtor aumentar o uso dos fatores de produção. Desse modo, é preciso compreender as características da economia brasileira na época, e a forma como ela se expandia. Nas palavras de Furtado (2006): “o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante a incorporação de mais mão de obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra”.

Percebe-se, portanto, o uso generalizado e difundido da mão de obra escrava na economia brasileira da época e, mais que isso, sua importância para o setor agro-exportador, que produzia bens – dentre os quais o café ganhava cada vez maior importância - dotados de alta demanda internacional. No entanto esse modelo de crescimento extensivo, baseado na incorporação de terras e de trabalhadores escravos como único modo de aumentar a produção estava fadado ao fim. Desde a Independência do Brasil, em 1822, pressões internacionais, notadamente inglesas – diplomáticas e militares - clamavam pelo fim do tráfico negreiro e pelo fim da escravidão no Brasil.

Já em 1810, foram essas pressões que levaram o governo português a restringir o tráfico à apenas suas próprias colônias. Com isso, dá-se início às perseguições britânicas por todo o Atlântico. Naturalmente, era missão quase impossível para a esquadra britânica vigiar todo o Oceano em busca de navios negreiros que desrespeitavam essas determinações. Em 1815, a Corte portuguesa aceita a abolição do tráfico negreiro acima da Linha do Equador, e permite o direito de visita em alto mar à navios suspeitos de realizarem o tráfico.

Com a Independência, e o reconhecimento desta pela Inglaterra, as possibilidades de pressão britânica sobre o recém-criado Estado brasileiro aumentam. Em 1826, na renovação de tratados comerciais, o Brasil assina uma cláusula em que o país se comprometia a decretar a abolição do tráfico dentro de três anos. Dado a grande dependência econômica do Brasil frente à Inglaterra, estes gozavam de uma posição privilegiada, que permitia exercer considerável pressão sobre o governo brasileiro. Em 1831 foi aprovada a lei que proibia o tráfico de escravos.

Entretanto, a lei foi simplesmente ignorada. Inclusive, segundo Costa (1982), o número de escravos chegados ao Brasil anualmente aumentou ainda mais. Entre 1831 e 1850, a autora aponta que estimativas indicam que mais de meio milhão de escravos aportaram no país. Os interesses organizados em torno da manutenção da escravidão negra - contando com a prática generalizada do contrabando e da conivência das autoridades - conseguiram ludibriar tanto a pressão internacional quanto os opositores nacionais do trabalho compulsório.

Em 1845, segundo os antigos acordos firmados, cessaria o direito inglês à visita em alto mar. Essa, que segundo Prado Jr. (2006) era a principal arma de repressão britânica, estava chegando ao fim, e o governo brasileiro negou a revogação do prazo. Essa atitude levou a uma tensão diplomática e, somado com o não cumprimento generalizado da Lei de 1831, o governo britânico toma uma atitude unilateral, contrariando as normas

internacionais e diplomáticas: é aprovado no Parlamento Britânico o Bill Aberdeen, lei que permite o apresamento de qualquer navio negreiro pela Inglaterra.

A partir dessa data tem-se o início de uma perseguição ao tráfico sem paralelos na história. Navios ingleses passaram a inclusive a invadir as águas territoriais brasileiras, buscando perseguir contrabandistas de escravos. A visita em alto mar, embora a principal arma inglesa na repressão ao tráfico, era muitas vezes ineficiente, como aponta Prado Jr (2006). Percebendo a aproximação de um navio britânico, os negreiros jogavam os africanos acorrentados com pesos ao fundo do mar, visando livrarem-se das provas do tráfico ilícito. Assim, os ingleses passaram a agir de modo que apenas indícios encontrados no navio já eram suficientes para incriminar uma embarcação. Muitas vezes apreendiam navios de comércio lícito, dada a determinação e a pressão frente ao Brasil. Costa (1982) aponta que entre 1849 e 1851 noventa embarcações suspeitas de contrabando foram apreendidas pelos ingleses. Além disso, ameaças a um bloqueio comercial e outras pressões diplomáticas intensificaram-se.

O endurecimento e a intransigência britânica tiveram resultados. Com sua soberania claramente violada pelos ingleses, porém sem meios para fazer frente à sua poderosa marinha, a questão do tráfico negreiro foi reaberta no Parlamento brasileiro. Em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que impunha penas mais pesadas aos contrabandistas. Agora a importação de escravos seria considerada ato de pirataria, e como tal deveria ser punida. A partir desta data, as autoridades brasileiras aumentaram seus esforços na perseguição dos contrabandistas.

Apesar de todas as dificuldades quanto o cumprimento e aplicação, a Lei Eusébio de Queiroz teve resultados muito significativos. O contrabando de escravos tornou-se cada vez mais raro, até tornar-se praticamente inexistente alguns anos depois da promulgação da Lei. Com isso, houve um impacto imediato na utilização da mão de obra escrava, no que tange principalmente ao preço do escravo. Com a queda substancial da oferta, o preço do escravo elevou-se demasiadamente, principalmente nas regiões onde a demanda era maior.

Com o término do tráfico negreiro, a escravidão estava fadada ao fim. Antes de 1850, a questão da escravidão era pouco debatida. Todas as atenções estavam voltadas para a questão do tráfico. Com este eliminado pela Lei Eusébio de Queiroz, aos poucos o iminente problema da mão de obra escrava vai sendo maturado. Com o passar dos anos ficaria cada vez mais claro a falta de braços para o trabalho na grande lavoura.

A região que mais crescia economicamente e que mais elevava sua produção era o Oeste Paulista, devido à qualidade e disponibilidade de suas terras. Somado a isso, temos o fato de que a produção do oeste de São Paulo contou gradualmente com a introdução de técnicas agrícolas mais eficientes. Assim, a produtividade física podia elevar-se ainda mais. A partir da década de 1870, Cano (1977) ainda cita a introdução de máquinas e equipamentos nas lavouras de Café da região. Isso provocou diminuição dos custos de produção e aumento da produtividade do produto elevando-se as margens de lucro da cafeicultura paulista. Com esse movimento em franca expansão, os cafeicultores começam a levar cada vez mais a produção para o interior. Assim, progressivamente o interior do estado foi sendo ocupado por plantações de Café, a exemplo das cidades de Campinas, Limeira, Sorocaba, Itu, Rio Claro e muitas outras. Naturalmente, isso elevava os custos de transporte, pois aumentavam as distâncias da zona produtora ao local de exportação.

A solução desse entrave à acumulação cafeeira foi a introdução do sistema ferroviário no estado. As ferrovias paulistas tornaram possível acompanhar a expansão da fronteira agrícola do café, fazendo com que as plantações do Oeste Paulista fossem economicamente acessíveis. Desse modo, diminuindo de sobremaneira os gastos com transporte, os custos da produção do café também sofreram queda.

Dado esse arranjo econômico, e ainda levando-se em consideração a elevada demanda internacional pelo produto em questão, tem-se um cenário de forte ampliação das margens de lucro do setor cafeeiro, deixando o cafeicultor na necessidade permanente de aumento do processo de acumulação. É dentro desse cenário que se coloca a questão da mão de obra utilizada na produção do café paulista.

Com o fim do fluxo de abastecimento de escravos para a produção cafeeira – e o conseqüente aumento do preço unitário do escravo – tornava-se cada vez mais difícil incorporar a mão de obra tradicional na expansão do Oeste Paulista. A região, como colocado acima, passava por franca expansão e modernização de sua estrutura física, em toda a cadeia produtiva. Com o passar do tempo, a manutenção da mão de obra escrava operava como um freio ao contínuo movimento de expansão, necessário para atender a crescente demanda internacional por café.

Nas palavras de Cano (1977), “é exatamente neste momento, que compreende os últimos anos da década de 1870 e os primeiros anos da década seguinte, que esse alto poder de acumulação explicita a impossibilidade da permanência do escravismo no café,

dado o término do tráfico e a impossibilidade de criação de escravos no país para ampliar a força de trabalho”.

Todavia, esse processo não ocorreu de forma linear, sem embates e rupturas, ou de forma homogênea pelo país. Para entendermos o processo do fim do trabalho escravo – e a adoção do trabalho livre - temos que analisar o desenrolar do fim do escravismo no Brasil. Apesar de fadado ao fim desde 1850, apenas em 1888 teve sua abolição oficial. É preciso compreender todas as alternativas que eram possíveis de serem adotadas pela economia brasileira no período, além de outras variáveis e os diversos interesses que aturam no período.

b) O Processo de Solução da Crise

A contínua expansão das plantações de café, impulsionada pela crescente demanda do mercado internacional, fazia com que o problema da mão de obra fosse particularmente agudo nessas áreas. Assim, a Lei Eusébio de Queiroz teve impacto maior nessa região que em outras.

A partir de 1850, no lugar do tráfico negreiro africano, começa a crescer o tráfico inter e intraprovincial. As províncias que mais receberam escravos neste período foram as do Centro-Sul, principalmente nas áreas mais produtivas, em especial nas lavouras de exportação. A origem destes escravos eram principalmente as províncias do Nordeste, das cidades e/ou de zonas pouco produtivas.

A alta rentabilidade das lavouras de café do Centro-Sul do país, em especial do Oeste Paulista, permitia que esses fazendeiros pagassem altos preços pelos escravos vindos de outras regiões. Se no início do século XIX a maioria dos escravos concentravam-se nas províncias açucareiras do Nordeste e nas antigas regiões da mineração, às vésperas da Abolição a maioria estava situada nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Destas, foi São Paulo a província que mais recebeu escravos no período.

Uma outra alternativa para funcionar como fonte de escravos para os fazendeiros, dado o fim do tráfico, seria apostar na reprodução vegetativa dos africanos já instalados no Brasil. Entretanto, o crescimento vegetativo era insuficiente. Prado Jr (2006) aponta que foram tentadas medidas paliativas, como o incentivo a casamentos, colocação de

escravos da mesma tribo juntos na mesma fazenda¹ e a formação de famílias entre eles, na esperança de ver a taxa de reprodução desses negros crescer. Dentro desse espírito, foi tentada ainda a reprodução vegetativa de escravos nos moldes das tentativas de alguns estados sulistas norte-americanos quando se depararam com a abolição em seu país. No entanto, havia dois entraves que impediram o sucesso dessas alternativas.

Primeiramente, ao contrário do ocorrido nos EUA, a população escrava no Brasil não tendia a se multiplicar. A mortalidade dos escravos era muito alta, e a natalidade não era suficiente para compensá-la. Segundo Furtado (2006), isso indica que as condições de vida dos escravos brasileiros deviam ser extremamente precárias, e que o regime alimentar devia ser deficiente. Além disso, o autor afirma que com a queda da oferta de escravos, bem como a elevação de seu preço, é provável que tenha ocorrido uma intensificação da utilização dessa mão de obra, levando a um desgaste ainda maior. Ainda segundo Furtado (2006), nos EUA as condições de alimentação e de trabalho eram relativamente favoráveis. Tanto o é que a expansão algodoeira no período dependeu basicamente do crescimento da população escrava dos antigos estados escravistas. O segundo entrave foi a pressão da Igreja Católica, que não corroborava com a idéia da reprodução vegetativa de negros em território nacional para o fim único da escravidão.

Percebe-se, portanto, que o uso do escravo negro era cada vez mais difícil e financeiramente menos vantajoso ao cafeicultor. Durante esse período que analisamos, houve um grande declínio da população escrava. Costa (1982) fornece os dados: na época da Independência, a população livre, que era aproximadamente de 2 milhões de habitantes, passou para 8,5 milhões em 1872 e depois para quase 14 milhões em 1888. A população escrava seguiu trajetória distinta: saiu de aproximadamente 1,5 milhão na época da Independência para pouco mais de 700 mil em 1887. Isso quer dizer que a quantidade de escravos caiu tanto em termos relativos quanto em termos absolutos.

Dado esse quadro, caberia indagar, como coloca novamente Celso Furtado (2006), se com o fim do tráfico negreiro e a inevitável abolição não seria possível utilizar o trabalhador livre nacional, já presente no Brasil principalmente o amplo setor de subsistência, como alternativa para o problema da mão de obra.

¹ Prado (2006) lembra que no início do escravismo no Brasil ocorria justamente o contrário: os fazendeiros faziam questão de separar os membros de uma mesma tribo de africanos, de modo a dificultar a comunicação entre os escravos e a minar uma possível organização política entre eles.

Como apontado por Costa (1982), o trabalhador livre nacional vivia na periferia dos latifúndios, em pequenas propriedades, dedicando-se à economia de subsistência, e só esporadicamente se dispunha a trabalhar nas fazendas. “Muitos eram moradores das fazendas, onde, em troca do usufruto da terra, desempenhavam algumas tarefas que os proprietários não consideravam adequadas aos escravos, como por exemplo, a derrubada das matas”, afirma a autora.

Esse setor de subsistência estava presente em todo o Brasil, porém muito disperso geograficamente. O trabalhador livre, vulgo “caboclo”, que trabalhava nesse setor, caracterizava-se por utilizar métodos extremamente rudimentares e de baixa produtividade, e por produzir alimentos para si mesmo (e para sua família). O capital de que dispunha o “caboclo” era mínimo ou inexistente, o que explica seus primitivos métodos agrícolas, e o fato de que, apesar de produzir para o consumo próprio ou para sua família, estava associado a um grupo econômico maior, em que o chefe é o grande proprietário rural.

Assim, como colocado por Furtado (2006), o local de sua propriedade para cultivo de subsistência, a “roça”, estava geralmente subjugado ao latifundiário. O trabalhador livre costumava prestar qualquer tipo de serviço para o grande proprietário, recebendo alguma remuneração monetária por isso. Do ponto de vista do latifundiário era interessante que um maior número desse tipo de trabalhadores vivesse em suas terras; desse modo, poderia dispor de mão de obra sempre que necessitasse para a realização de qualquer tipo de serviço.

Isso também refletia certo “prestígio” do latifundiário frente toda a sociedade da época, que variava, entre outras coisas, em função da “quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer hora para qualquer fim”. Assim, o caboclo da economia de subsistência estava preso por vínculos pessoais a um grupo ou latifundiário.

Como esse setor de subsistência encontrava-se extremamente disperso pelo Brasil, fazer uma espécie de recrutamento dessa mão de obra seria uma tarefa muito difícil. Furtado (2006) coloca que “na realidade, só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários da terra”. No entanto, era todo “um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político que estava em jogo”, o que tornava essa cooperação um contra-senso.

Além do setor rural de subsistência, também nas zonas urbanas encontrava-se uma massa de população que podia ser considerada como reserva de mão de obra, pronta para ser utilizada no lugar do escravo negro africano. Nos núcleos urbanos, a partir de

1850 aumentava cada vez mais o número de trabalhadores livres. Segundo Costa (1982), na década de 1860 esse número já superava o de escravos nas zonas urbanas. Boa parte desses homens livres não encontrava ocupação permanente nas cidades.

Nesse caso, o impedimento era a idéia difundida de que haveria grandes dificuldades de adaptação dessa massa urbana ao trabalho agrícola e às condições de vida ao meio rural. Assim, foi formada entre a elite brasileira da época a crença de que a mão de obra livre do Brasil não serviria para a grande lavoura, caso das fazendas exportadoras de café. A possibilidade de utilizar o trabalhador livre nacional, presente em grande número e disponível, nunca foi efetivada.

Dentro desse contexto, aos poucos alguns fazendeiros, notadamente os do Oeste Paulista, foram percebendo que o trabalho livre era mais vantajoso que o escravo. Alguns inclusive demonstravam que o custo de um escravo (alimentação, vestuário, assistência médica e juros), que representava capital imobilizado, era maior que o salário de um trabalhador livre. Mesmo assim, grande parte dos fazendeiros (geralmente os de setores menos produtivos) ainda era contra o fim definitivo da escravidão no Brasil. Estavam convencidos de que a adoção do trabalho livre podia ser em muitos casos prejudicial financeiramente à suas fazendas.

Dado esse cenário, os setores mais “modernos” da cafeicultura paulista começaram a procurar por uma “solução ampla” (nas palavras de Caio Prado Júnior) para a crise do trabalho compulsório no Brasil. A imigração européia parecia-lhes a mais adequada.

As primeiras experiências – promovidas pelo governo Imperial - datam das primeiras décadas do século XIX, nos moldes de núcleos de povoamento (ou núcleos coloniais), porém a maioria não vingou. Localizados em regiões muito ruins, (quanto ao acesso, proximidade de mercados urbanos e qualidade de terras) depois de algum tempo esses imigrantes dispersavam-se, vivendo em economias de subsistência e/ou como “agregados”. As péssimas vias de transporte e o baixo grau de desenvolvimento dos mercados consumidores também contribuíram para o fracasso. Outro fator do insucesso, apontado por Costa (1997) era que a grande propriedade da época era praticamente auto-suficiente, ou seja, não precisava comprar alimentos de outros locais. Os núcleos de colonos dessas primeiras experiências que sobreviveram restringiram-se ao Sul do país, numa espécie de colonização de povoamento.

Além do mais, esse tipo de colonização não interessava aos cafeicultores, que precisavam de mão de obra para trabalhar em seus cafezais, substituindo os escravos, e não a criação de núcleos para o povoamento. Dessa forma, percebe-se já uma diferença

de interesses que, se nesse período (início do século XIX, quando o tráfico negreiro ainda existia) não era ainda relevante, ao longo do século provocará tensões na política nacional. O governo imperial também estava preocupado com o povoamento do território nacional, algo que não era importante para os fazendeiros.

Nesse contexto, uma proposta do Senador Vergueiro, que além de fazendeiro era um influente político da época, foi recebida com certo entusiasmo pelos cafeicultores paulistas. O Senador, que possuía fazendas na cidade de Limeira (sendo a fazenda Ibicaba a mais importante delas), se propôs a buscar na Europa mão de obra para vir trabalhar nos cafezais. Assim, entre 1847 e 1857 muitos imigrantes, na sua maioria alemães e suíços, chegaram ao estado de São Paulo.

Os imigrantes vinham financiados pelos próprios fazendeiros, sob o sistema de “parceria”. Esse sistema, segundo Cano (1977) permitia ao parceiro (imigrante europeu) o plantio de alimentos, e estabelecia a divisão, entre o proprietário e o imigrante, dos lucros obtidos na venda do café e dos outros produtos agrícolas. Os colonos ficavam com a obrigação de pagar sua dívida (referente ao transporte da Europa até a fazenda) mais juros com o trabalho realizado nas fazendas.

Com a implantação da parceria, apesar de um aparente sucesso no início do sistema, houve diversos conflitos entre os colonos e os fazendeiros², como mostra Costa (1982). Os colonos encontraram nas fazendas uma dura realidade; queixavam-se que eram tratados exatamente como escravos, que não recebiam o que era devido pelos fazendeiros. A prometida divisão dos lucros apontada acima criava a esperança de grandes ganhos aos parceiros, que nunca se realizavam, deixando-os insatisfeitos. Julgavam-se desiludidos, espoliados, reclamavam do sistema de contas e dedução dos lucros pelo fazendeiro, eram obrigados a comprar alimentos do armazém da própria fazenda (que eram mais caros), faziam muitas vezes outros serviços não especificados nos contratos, reclamavam do desconforto da senzala, de arbitrariedade dos fazendeiros, não tinham liberdade de religião e estavam desamparados pela Justiça,

Do outro lado, os fazendeiros também não aprovaram o sistema. Segundo Costa (1997), estes se queixavam de que os colonos eram “indisciplinados, desordeiros, preguiçosos, violentos, avessos a cumprirem tarefas, pouco produtivos, não se adaptavam ao trabalho árduo e faziam a colheita sem cuidado”.

² inclusive houve uma grande revolta na fazenda Ibicaba, em 1857. Esse pode ser considerado um marco do fracasso do sistema de parceria.

Como pode-se notar, ambas as partes ficaram descontentes com o sistema de parceria. Isso ocorreu devido às contradições do próprio sistema, como aponta Costa (1997). O fazendeiro buscava apenas um substituto para o escravo, enquanto o colono ansiava por prosperidade e ascensão social. Na época da implantação do sistema de parceria, os fazendeiros ainda contavam com grande número de escravos em suas fazendas. Os escravos – e vale a pena frisar, estavam cada vez mais caros após 1850 – representavam uma quantia considerável de capital imobilizado pelo fazendeiro na atividade produtiva. Assim, ele dedicava ao escravo os pés mais produtivos de café e as atividades menos perigosas à sua saúde (a morte de um escravo significaria um grande desperdício de dinheiro, pois equivaleria a comprar um bem de produção a um alto custo e depois estar impossibilitado de utilizá-lo). Desse modo, sobravam aos colonos justamente as atividades mais perigosas, como a derrubada de matas, (que muitas vezes não estavam previstas no contrato) e os cafezais menos produtivos, novos ou em formação (ainda não produziam ou tinham baixa produtividade) e mirrados. Soma-se a isso o fato de que o colono já chegava na fazenda endividado, e que havia incidência de juros sobre essa dívida. Assim, as dívidas oneravam o colono desde sua chegada, gerando, nas palavras de Costa (1997) “descontentamento, irritação e indisciplina”.

A autora ainda acrescenta como motivos do insucesso da parceria algumas características do trabalho nos cafezais da época, relacionadas com o baixo nível tecnológico das fazendas e a técnicas arcaicas. O rendimento do café era tardio e de curta duração (demorava de 4 a 6 anos para começar a produzir) e a colheita manual exigia um trabalho cuidadoso, e era composta por um alto número de tarefas. A falta de mecanização das fazendas, expressão de suas técnicas rudimentares e arcaicas piorava esse quadro. Ainda pode-se acrescentar o sistema de transportes da época, extremamente primitivo (o que representava um custo alto para o fazendeiro). Com uma atividade produtiva pouco racionalizada e altos custos de produção, a produtividade era baixa, comprimindo as margens de lucro do setor.

Desse modo, o fazendeiro buscava reduzir ao máximo o custo do trabalho, o que significa dizer que sobrava muito pouco do lucro líquido deduzido para o parceiro. Com esse quadro, percebe-se que o sistema de parceria é insustentável. O colono, já endividado, e com poucas perspectivas de auferir fluxos monetários significativos no futuro, ficava numa situação delicada. Logo que conseguia pagar suas dívidas, abandonava a fazenda, isso quando não fugia antes mesmo de ter juntado dinheiro suficiente para saldar suas obrigações. Essa situação, por sua vez, gerava uma mão de

obra móvel e instável para o fazendeiro, ao contrário do escravo, a quem estava acostumado a lidar. A parceria não teve sucesso, e entrou em declínio já na década de 1860.

Isso contribuiu para reforçar a idéia de muitos fazendeiros de que apenas a mão de obra escrava era apta para trabalhar nas grandes lavouras, de forma que insistir no trabalho livre era inútil. Além disso, as notícias e reclamações dos colonos europeus chegavam a seus países de origem, Alemanha e Suíça principalmente. Esses países colocaram restrições e alguns inclusive proibiram a vinda de seus cidadãos para o Brasil.

Logo após a decadência do sistema de parceria, foi tentado por alguns fazendeiros um sistema de salário fixo ou de locação de serviços, com o salário acertado previamente. Esse sistema permitia ao fazendeiro comprimir os gastos com mão de obra ao menor nível possível e também não era necessário dividir o lucro da venda do café com o trabalhador: era tão rudimentar quanto o primeiro. Existia uma remuneração mensal ao colono, que tinha que fazer todos os serviços da fazenda.

Apesar de não dar a falsa esperança de grandes ganhos aos colonos, remunerava-os num nível geralmente até mesmo inferior que no sistema de parceria. Logo, esse sistema também não prosperou com os colonos europeus, afirma Costa (1997). Os mesmos problemas que inviabilizaram o sistema de parceria atuavam nesse sistema: a baixa tecnologia empregada e racionalização do trabalho significavam altos custos e baixa margem de lucro para o fazendeiro. Enquanto a precariedade da economia cafeeira continuasse, seria impossível o sucesso com alguma modalidade de trabalho livre no Brasil. O salário fixo durou poucos anos e logo foi eliminado, não tendo impacto considerável – nesse período - enquanto alternativa para substituição do braço escravo.

O problema da mão de obra persistia. Embora sem grandes convicções de que o trabalho livre era melhor que o escravo, para o cafeicultor já era notório que este último estava fadado ao fim. Uma alternativa pensada então foi a introdução de imigrantes chineses, ao invés de europeus. Os chineses, chamados de “*coolies*”, eram conhecidos por aceitarem qualquer tipo de trabalho, por mais degradante que fosse. Eles aceitavam baixos salários e precárias condições de vida, como atestava exemplos em outros países da América (Peru, Califórnia, Cuba).

Lembrando as experiências negativas com os colonos europeus no passado recente, muitos fazendeiros apoiaram a idéia, pois a possibilidade de conseguir trabalhadores submissos e acostumados a trabalhos rudimentares parecia a solução adequada. No

entanto, existiram problemas que inviabilizaram esse tipo de imigração, como colocado por Costa (1982): primeiramente o preconceito por parte de setores da elite nacional e de alguns fazendeiros, que afirmavam que os chineses eram “corruptos, fracos e indolentes por natureza, avaros, ladrões, amantes do jogo, tinham pouco amor pelo trabalho”. Porém os interesses econômicos prevaleceram sobre esses preconceitos, e a idéia foi posta em prática. Endividados, os fazendeiros simplesmente procuravam mão de obra barata. Nessa época, por volta de 1869/70, muitos começavam a reconhecer que o trabalho assalariado chegaria finalmente, e que os “*coolies*” seriam o elemento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, apesar dos setores que se opunham ainda a essa idéia.

Todavia, o plano naufragou. O que inviabilizou a imigração chinesa foi a oposição dos governos inglês e português, que impediam o embarque de trabalhadores nos portos de Hong Kong e Macau. Mais uma vez, a questão da mão de obra no Brasil persistia, sem solução encaminhada.

Apenas a partir dos anos 1870, no início timidamente, começa uma nova onda de imigrantes para o Brasil, dessa vez predominantemente de origem italiana. Por esse período, ocorrem fundamentais transformações econômicas no complexo cafeeiro. Como já exposto anteriormente, a economia cafeeira era caracterizada por altos custos, devido ao sistema de transporte precário e baixa racionalização do trabalho. Em suma, era uma economia rudimentar, com baixo padrão tecnológico, causando baixa produtividade e por conseqüência baixa margem de lucro para o cafeeiro.

Quanto às vias de comunicação e meios de transporte, até os anos 1870 eram extremamente deficientes. Havia a necessidade de novas estradas e melhor manutenção das já existentes. As vias encontravam-se frequentemente interrompidas, com risco de desmoronamento, eram estreitas, cheias de pedras, buracos, erosões, declives. As chuvas muitas vezes inviabilizavam o frete do produto.

O transporte usualmente era feito por tropas de burros e bestas, quando muito por carroças. Os animais, naturalmente, não agüentavam muito peso e quantidade do produto a ser transportado. As viagens eram longas e arriscadas, acarretando em custos de manutenção. A besta ou burro, assim como o escravo, representava capital imobilizado para o fazendeiro. Dadas as condições da viagem, sempre havia o risco de sua morte, gerando uma grande perda financeira para o fazendeiro. Também era necessário alocar muitos escravos no serviço do transporte, deslocando, portanto, mão

de obra da produção. Costa (1997) aponta que era necessário por volta de 20% da força de trabalho masculina da fazenda para cuidar das tropas e do transporte (tropeiros).

Como resultado, as despesas de transporte eram altíssimas, muitas vezes o preço do produto era menor que o preço do frete. Costa (1997) aponta que essas despesas chegavam a mais de 1/3 do valor da saca do café. Soma-se a isso a lentidão e os altos riscos que incorria o fazendeiro. Também era comum durante o trajeto que parte da carga fosse deteriorada, ter comprometida sua qualidade original ou ser perdida.

Assim, pode-se dizer que a questão das vias de comunicação e frete atrapalhava a expansão da lavoura. Quando na segunda metade do século XIX tem início um aumento robusto da demanda externa por café, e a elevação do preço internacional deste, fica claro que todos esses problemas de transporte freavam o ciclo de valorização do capital cafeeiro. Com esse estímulo da demanda internacional crescente, os fazendeiros buscaram aumentar a produção, mas o sistema de transporte do período não dava vazão a esse acréscimo da produção. O sistema de transportes da época representava um entrave para as exportações e, por conseguinte, do aumento da margem de lucro do cafeeiro.

Era necessária uma solução: as estradas de ferro. Em 1867 a ferrovia Santos-Jundiaí é inaugurada. Durante a década de 1870 muitas outras cidades são conectadas pelos trilhos: Moji - Mirim - Campinas (1872), Itu, Piracicaba e São Pedro (1873), Rio Claro (1876), São Paulo - Rio de Janeiro (1875). Na década de 1880: Bragança Paulista, Atibaia, São Carlos e Araraquara (1884), Sorocaba e Botucatu (1886) entre as mais importantes. Houve uma grande concentração das ferrovias nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em especial na primeira delas. Essa distribuição geográfica seguiu, como se esperaria, a rota das grandes fazendas exportadoras de café.

Com as estradas de ferro o transporte passou a ser realizado com maior rapidez, a custos significativamente mais baixos e com maior segurança. Os trens permitiam maior capacidade de carregamento, dispensando o uso das bestas e burros, bem como os tropeiros que antigamente seguiam a viagem até o porto exportador. Esse capital imobilizado liberou-se das atividades de transporte e pode ser aplicado na esfera da produção ou em outras oportunidades de inversão. Também permitiam melhor conservação do produto, garantindo uma qualidade elevada, levando inclusive a um

preço internacional mais elevado. Todos esses fatores³ influíram na dilatação da margem de lucro do fazendeiro, contribuindo para o ciclo de valorização de seu capital.

Outro ponto que caracterizava a economia cafeeira da época como rudimentar e dotada de baixo padrão tecnológico era o processo de beneficiamento e colheita do café. Era um processo lento e rústico, pouco mecanizado. O fazendeiro era avesso a inovações, muito pela falta de conhecimento e apego a rotina, além do alto preço das máquinas. Mas, principalmente, como demonstra Costa (1997), pelo fato de a mão de obra do período ser a escrava. Os escravos não sabiam operar a maquinaria, e as vezes nem mesmo o fazendeiro detinha esse conhecimento. Dado esse cenário, comprar uma máquina, a um alto custo, para ser operada por um escravo, era um risco muito grande para o fazendeiro: esta poderia ser quebrada e inutilizada, conferindo um grande desperdício do capital empregado nela. É lícito afirmar que o grau de mecanização da economia cafeeira era inversamente proporcional ao grau de utilização de mão de obra escrava.

Maior mecanização do processo produtivo significaria poupar tempo e trabalho, além de aumentar a qualidade do produto (o que levaria a um aumento do preço internacional do café). Mesmo com essas vantagens econômicas, a racionalização do processo de trabalho não teve um rápido início no Brasil. Enquanto houvesse abundância de escravos, a lentidão na mecanização/racionalização faria sentir-se.

Esse quadro só começa a alterar-se na virada dos anos 1860/70, justamente nas regiões que começavam a se desvencilhar do braço escravo. No Oeste Paulista, onde as terras eram mais férteis e mais produtivas, a mecanização encontrou espaço para se alastrar. Esses maiores rendimentos do café da região, somados as crescentes dificuldades de obter-se trabalho escravo (diminuição da oferta e aumento do preço) e crescentes facilidades de obter-se trabalho livre geraram condições econômicas para a importação de maquinaria⁴. Vale frisar que nesse período o governo diminuiu tarifas de importação, incentivando o processo de mecanização.

Ao contrário do Oeste Paulista quanto à modernização do processo de aperfeiçoamento e colheita do café, estava o Vale do Paraíba. Seus fazendeiros eram

³ A introdução das estradas de ferro no Brasil proporcionou conseqüências importantes em outros campos: novas chances de investimentos para os capitais privados, urbanização, valorização das terras às margens das ferrovias, queda do preço final dos importados etc.

⁴ Costa (1997) também revela que no período havia também fabricação própria das máquinas, e que inclusive o governo passou a incentivar a invenção nessa área. A autora ainda destaca que essas máquinas muitas vezes eram mais eficazes para a lavoura cafeeira, por serem melhor adaptadas às nossas condições do que as importadas.

apegados à antiga rotina, além de suas terras já estarem em vias de esgotamento. Esse quadro gerava baixa produtividade/rentabilidade e margens de lucro reduzidas. Além do mais, estavam abarrotados de escravos, promovendo um desincentivo para apostarem na mão de obra assalariada (trabalho livre), devido ao alto valor do capital imobilizado no escravo. Assim, nessa região observou-se a continuidade dos métodos tradicionais, pouco produtivos e arcaicos.

Considerando todos esses fatores relacionados, fica patente que a partir dos anos 1870, mas principalmente a partir da década de 1880, operavam no Brasil novas condições para a implantação do trabalho livre. As mudanças econômicas, ou seja, as melhorias no transporte no processo de beneficiamento e colheita do café geraram condições objetivas para que os fazendeiros (que aderiram a estas melhorias) pudessem introduzir o trabalho livre em suas fazendas, ao contrário da época do sistema de parceria.

Além desses condicionantes, não se pode esquecer do aumento do preço internacional do café na segunda metade do século XIX, o crescente processo de urbanização e aumento da população (total e livre) do país e da escalada do preço do escravo no período.

b.1) Política Agrária – A Lei de Terras de 1850

Após a Independência do Brasil, em 1822, o regime de terras até então presente, baseado no estatuto colonial, deixou de existir e a apropriação de terras no país passou a ser extremamente confusa e desorganizada, sem regras e leis claras à respeito. A porcentagem do território nacional ocupado era ínfimo, fato que reforçava o problema que a ausência de uma política e regime de terras fazia.

A questão da terra no Brasil sempre esteve associada com as atividades de produção da economia colonial e, portanto, com a questão do trabalho. Dessa maneira, com a Lei Eusébio de Queiros (1850), ficou patente para os senhores rurais e donos de escravos que acompanhando a solução do problema de mão de obra imposto pelo fim do tráfico negreiro seria necessária uma nova política de terras.

Em 1850, logo em seguida da promulgação da Lei Eusébio de Queiros, é aprovada a Lei de Terras. A Lei, como coloca Silva (1996), funcionaria como meio de transição de duas formas de propriedade rural: antes, no regime de sesmarias, o sesmeiro era concessionário e poderia perder as terras para o Estado caso não cumprisse as condições

de concessão. Com a Lei, deveria entrar em vigor a forma capitalista-contratual no regime de terras, retirando do Estado o poder de reaver as terras. A Lei deveria regularizar a propriedade de terras já ocupadas e determinar normas de acesso às terras devolutas, criando um novo espaço de relacionamento entre o proprietário privado e o Estado. A Lei de Terras de 1850 deveria atuar como marco divisório entre essas duas épocas.

Dado a correlação de forças políticas da época, a Lei de terras acabou incorporando o pensamento de uma parcela do Partido Conservador, conhecido como “Elite Saquarema”. Este setor advogava por uma transição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre, deixando os efeitos do fim do tráfico negreiro agirem aos poucos e “naturalmente” ir extinguindo a escravidão. Seria uma forma de ajustar a escravidão com o crescente emancipacionismo presente na sociedade.

A “estratégia Saquarema” consistia, nos termos para a solução do problema da mão de obra no Brasil, em incentivar o trabalho livre, pela vinda do imigrante europeu, revelando ainda a idéia de “branqueamento” do território nacional. Assim, era pretendido o povoamento do território, o fomento da pequena propriedade e também a introdução de trabalhadores para a grande lavoura.

Desse modo, podemos dividir a imigração advogada pela estratégia saquarema, refletida na Lei de Terras, em dois tipos: a) a imigração “espontânea”, ou ainda chamada de colonização oficial, em que se pretendia que o colono, dotado de alguns recursos, viesse ao Brasil por conta própria e comprasse pequenos lotes de terras e b) a imigração “regular”, ou ainda chamada de colonização particular, em que o colono, financiado por terceiros, viesse para trabalhar nas fazendas e grandes lavouras.

Para essa estratégia funcionar, contemplando os dois tipos de imigração, seria necessário em primeiro lugar a medição e demarcação de pequenos lotes, bem localizados, para serem vendidos a baixos preços aos colonos. Essa seria a alavanca para a imigração espontânea, pois daria condições de atrair o imigrante europeu. Com a receita gerada pela venda desses lotes, o Estado poderia financiar a imigração regular, atendendo aos interesses mais imediatos dos grandes fazendeiros, que estavam preocupados com a crise de mão de obra, e não com o povoamento do país.

Silva (1996) percebe que a estratégia saquarema, embutida na Lei de 1850, pretendia ser bem ampla e geral, abarcando os interesses de diversos setores da elite brasileira. Vejamos mais detalhadamente como era a Lei no que toca a propriedade fundiária, e como esta se relacionava com a questão do trabalho no Brasil da época.

Pela nova Lei aprovada em 1850, foi proibida a aquisição de terras devolutas senão pela compra. Nesse contexto, foi definido tanto um novo conceito de terras devolutas como as atribuições do Estado e dos particulares no novo regime de terras.

Sesmarias e concessões, além de posses “mansas e pacíficas”⁵, cultivadas e com morada habitual, seriam revalidadas e legitimadas – mesmo que as outras condições originais de concessão não tivessem sido cumpridas. Para a revalidação e legitimação dessas terras, haveria a medição das mesmas. O posseiro sem medição perderia o benefício da lei (não teria o título da propriedade e não poderia vendê-la ou hipotecá-la), mas manteria a posse. Quanto ao governo, estava autorizado a vender as terras devolutas; a receita adquirida seria gasta na medição das terras devolutas e na importação de colonos livres.

Apesar de a Lei colocar que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas por meio da compra, deixando claro que a posse não seria mais um instrumento considerado legal, a própria legislação abria brechas para o posseiro, revelando um aspecto conciliatório. As posses – dentro dos critérios colocados acima – poderiam ser legitimadas o tamanho que fossem (não havia restrições quanto a tamanho e data da ocupação); além do mais, como dito, o posseiro sem medição não perderia sua posse.

Um outro ponto fundamental foi o fim do imposto territorial, que era previsto desde 1843. Sem o imposto, o governo perde receitas, fazendo com que o ônus do financiamento da imigração regular caísse unicamente em seus cofres. Ainda, essa medida estimulava o latifúndio improdutivo, pois a terra inculta estaria livre desse custo.

A prática e desdobramentos da Lei de Terras de 1850 acabaram sendo um tanto distintas das idéias advogadas pela elite saquarema. A imigração espontânea, que pretendia estabelecer colonos com um certo volume de recursos no Brasil, incentivando dessa forma o povoamento, foi um fracasso. Os lotes que seriam vendidos aos colonos eram relativamente caros, com preço geralmente maior que o valor venal ou o valor entre transações particulares. Em 1850, o preço parecia ser competitivo, porém após essa data houve uma queda do preço internacional. Muitos países tentavam atrair a imigração, mas a política de terras brasileira no período não foi capaz de acompanhar essa tendência⁶.

⁵ Por posses mansas e pacíficas entende-se aquelas nunca reclamadas por terceiros

⁶ Silva (1996) cita o caso dos EUA, que em 1854 aprova a lei dos preços graduados e em 1862 o *Homestead Act*, que têm como meta baixar o preço da terra e facilitar seu acesso à colonos e à grande

Assim, Silva (1996) coloca algumas contradições da Lei original, devido ao seu aspecto demasiadamente amplo, geral e conciliatório. Ao mesmo tempo em que visava atrair imigrantes europeus para estes tornarem-se pequenos proprietários (imigração espontânea), a Lei esperava garantir receitas ao Estado com esse processo. Quanto maior o preço da terra que seria vendida ao colono europeu, menor seria o poder de atração a ele. Na ânsia de aumentar suas receitas (com a venda de terras), o governo desincentivava a vinda dos imigrantes; havia, portanto, uma espécie de “trade-off”. Até 1867, os registros apontavam poucas vendas de terras nesses moldes, gerando pouca receita ao governo. Dessa maneira, o financiamento da imigração regular – outro objetivo da Lei - ficava comprometido.

Outra contradição aparece na questão da posse. Apesar de proibir a posse como meio de aquisição das terras devolutas, era possível a continuidade das antigas posses e da aquisição prescritiva. A Lei estava lutando contra um costume secular arraigado na classe dos senhores de terras do Brasil, o que levou a forte resistência desse setor. A idéia de que a posse era legalmente possível e socialmente desejável persistiu.

É fundamental também atentar sobre os problemas da nova conceituação do termo terras devolutas. O novo conceito era centrado em dois critérios: cultura efetiva e morada habitual. Porém, apenas esse dois critérios eram insuficientes, dada a complexidade da questão: haviam proprietários particulares que tinham suas terras já legitimadas por algum título, mas não respeitavam esses dois critérios. Ou seja, havia terras incultas, por exemplo, mas que mesmo depois da Lei, desde que possuindo o título legítimo, eram legitimadas, não sendo consideradas devolutas. Ainda, a nova conceituação garantia a posse de terras cultivadas, mas não transformava o posseiro em proprietário necessariamente. Pode-se afirmar que o novo conceito não conseguiu distinguir as terras que deveriam retornar ao Estado porque seus possuidores não respeitavam as condições impostas pela Lei (cultura efetiva e morada) das terras que não estavam ocupadas, as terras “vagas”.

Com o tempo, observou-se o abandono da cultura efetiva como critério para a definição de terras devolutas. Na prática, o conceito foi simplificado, e estas passaram a ser aquelas terras que a) não estavam em uso público e b) não estavam em domínio particular. Essa atitude foi facilitada pela incapacidade de fiscalização do governo, o

parcela da população rural do país. No Brasil, em 1867 a venda a prazo foi permitida, porém o custo era de por volta de 20% a mais do preço estipulado, não contribuindo, portanto, para o acesso do colono à terra.

surgimento da “grilagem” e a dificuldade de se diferenciar situações verdadeiras das falsas. Naturalmente, os grandes beneficiados dessa situação foram os posseiros, que conseguiram agir praticamente livremente mesmo após a Lei de 1850.

Em 1854, é feita a regulamentação da Lei de Terras, que cria os mecanismos necessários à sua execução. A regulamentação tenta organizar os registros, a medição e demarcação das terras particulares. Esse processo só teria início pela iniciativa dos particulares, ou seja, não seria o governo que procuraria os proprietários, ocupantes e posseiros para realizar o registro e demarcação das terras.

Uma vez que o particular tinha tomado a iniciativa do registro – ele não era obrigado a isso por lei, apenas tinha um prazo para fazê-lo – a tarefa de registro e demarcação da propriedade iria para o juiz comissário. Este, como aponta Silva (1996), era uma figura local e inexpressiva, quase sempre conhecido das oligarquias rurais regionais e, portanto, sujeito a fortes pressões políticas. Outro ponto importante era o prazo que o particular tinha para procurar o juiz comissário para dar início ao processo do registro e demarcação. Os prazos eram submetidos sempre aos presidentes de província, usualmente aliados políticos dos grandes posseiros e das oligarquias rurais regionais. Dessa maneira, muitas vezes o prazo final era sempre dilatado, de forma que não agia nenhuma forma de pressão ao particular para ele dar início ao processo de registro e demarcação.

Desse modo, o fato que acionava o mecanismo dos registros, medição e demarcação das terras particulares era o requerimento do particular para medir e demarcar as suas terras. O processo seria encaminhado ao juiz comissário, e após as terras serem revalidadas ou legitimadas o presidente da província mandaria essas informações ao órgão do governo imperial. Apenas após todo esse processo o Estado poderia iniciar a medição das terras devolutas. Em outras palavras, as terras que sobrassem sem serem reclamadas por algum particular depois de todo esse longo caminho seriam consideradas devolutas. Fica nítida a dependência e impotência do governo imperial frente os particulares e os diversos poderes locais.

Como resultado observou-se a incapacidade do governo em impor a Lei, e a apropriação ilegal de terras devolutas continuou. Dado esse fiasco, em 1873 o governo aprova uma nova medida permitindo que os posseiros comprem as terras ocupadas após 1854. O objetivo era saber quais eram as terras que lhe sobravam (devolutas). Essa medida mostra mais uma vez o caráter conciliatório e a intenção de contemplar diversos interesses na política de terras. No entanto, a medida acabou por incentivar ainda mais

as posses, pois com a possibilidade de compra dentro dos marcos legais das posses realizadas após 1854, futuras posses passaram a ser vistas cada vez mais como um “direito”, e as invasões continuaram. Enquanto as apropriações e invasões não acabassem, seria impossível saber quais eram as terras que sobravam ao governo imperial, objetivo da medida.

Resumindo, pouco se fez até então em matéria de demarcação de terras devolutas. Até 1877 a Lei de 1850 era letra morta na província de São Paulo, não havia nem comissões de medição. Entretanto, a partir dos anos 1880, com a crescente pressão pela abolição, a estratégia de emancipação gradual que norteava a política de terras desde 1850 é ameaçada. Os senhores de terras do Norte e Nordeste, com seus produtos (açúcar e algodão principalmente) em crise já há algum tempo, não possuíam mais muitos escravos. De outro lado, cafeicultores mais atrasados estavam abarrotados de escravos, e o medo de uma abolição total sem indenização era crescente. Outro grupo de cafeicultores pressionava o governo pelo financiamento da imigração regular. Com essa diversidade de situações e de interesses, a estratégia saquarema de transição para o trabalho livre perdia o sentido; houve uma ruptura do apoio total à essa estratégia de emancipação. A questão da mão de obra passou a não ser mais um ponto de consenso entre as classes dominantes rurais do Brasil, como era relativamente em 1850.

A questão da terra, por outro lado, tornou-se um fator de união das classes dominantes regionais brasileiras. Os interesses dos grandes posseiros quanto a demarcação de terras devolutas eram quase idênticos. Assim, quando a partir de 1880 o governo retoma a medição de terras - principalmente no centro-sul do Brasil, região onde a imigração parecia ter mais chances de vingar – os entraves continuaram grandes. Apesar dos esforços do governo central, não foi possível agilizar a demarcação de terras particulares e, portanto, a demarcação das terras devolutas também foi prejudicada.

O governo só conseguia demarcar terras devolutas onde estas eram realmente inquestionáveis. O quadro era desanimador, a ocupação e apropriação continuavam, com a proliferação de processos irregulares e de “grilos”. Poucas províncias estavam fazendo o trabalho de medição; em muitas outras, como o Rio de Janeiro, já não existiam mais terras devolutas. Muitas comissões de medição criadas para regularizar e demarcar as terras devolutas eram dissolvidas ou tinham seus membros demitidos⁷.

⁷ A comissão do Vale do Paranapanema, em São Paulo, foi um exemplo marcante dessa situação.

Em suma, Silva (1996) mostra que com a não demarcação e legitimação das posses, a política de terras pretendida pelo governo imperial fracassa. Isso ocorreu porque o governo não teve como conhecer e vender suas terras devolutas para os imigrantes, a fim de formar núcleos de colonização “oficiais”. Sem a venda das terras, o governo ficou sem verbas suficientes para financiar a imigração regular, que com o passar do tempo (principalmente após as décadas de 1870/80) tornou-se o principal interesse de uma parcela da elite dominante em particular, os cafeicultores paulistas.

Ainda, é importante frisar o caráter das posses que ocorreram desenfreadamente no período. Embora a permissividade da Lei pudesse ser aproveitada por qualquer tipo de posseiro, percebeu-se uma “seleção” do acesso às terras/posses no período. Dada a organização social do campo, as oligarquias rurais regionais controlavam a vida política local. Os senhores rurais tinham sempre bom relacionamento com as autoridades municipais, além de contar com métodos que variavam do “paternalismo” e da troca de favores à violência bruta, para garantir que seus interesses fossem alcançados. Isso fazia com que pequenos posseiros, “agregados”, ex-escravos, ex-índios e a população pobre do campo em geral não conseguissem tornarem-se posseiros por muito tempo. Eles conseguiam no máximo uma permanência temporária, até serem expulsos. Era uma ocupação instável e secundária. A exclusão dessa parcela da população da terra propiciou uma mão de obra abundante e barata aos fazendeiros após o fim do regime escravocrata.

b.2) A Solução Adotada – Regime do “Colonato”

As novas condições econômicas da economia brasileira somada aos outros condicionantes referidos no último parágrafo permitiram que a nova onda de imigrantes anteriormente citada, de origem predominantemente italiana, pudesse obter sucesso e ser consistente ao longo do tempo, ao contrário das anteriores. Além disso, fato que deve ser frisado dentro dessa nova corrente imigratória é o novo sistema de emprego utilizado. Ao invés da parceria ou do breve e rudimentar salário fixo utilizado anteriormente, foi introduzido o “colonato”.

O colonato compreendia um sistema misto de pagamento: um salário fixo (pelo trato de um determinado número de cafezais) e um variável (pela colheita do café) e, além disso, o direito de plantio de outras culturas dentro dos domínios da fazenda. Esse

modelo de remuneração ao colono implicará importantes conseqüências para a expansão do capital cafeeiro e do mercado interno brasileiro.

Ainda, houve uma importante mudança no financiamento da vinda do imigrante para o Brasil: antes era o fazendeiro o responsável por pagar sua viagem; agora, o Estado assumiu essa responsabilidade. Com essa mudança, chamada de imigração subvencionada, o risco da iniciativa saiu das mãos do fazendeiro e foi socialmente distribuído entre todos, como aponta Costa (1982) e; como mostra Cano (1977), a mudança diminuiu a imobilização financeira dos fazendeiros, dividindo um custo fixo mais juros incidentes (ou capital imobilizado, na figura do escravo comprado) em duas partes (salário fixo e variável), comportando-se, portanto, como capital circulante. Do lado do colono, este chegava ao Brasil sem dívidas, portanto numa situação muito mais favorável que no sistema de parceria.

O fluxo de imigrantes intensifica-se a partir de 1886 e depois da Abolição (1888), com crescente atuação do governo provincial (de São Paulo) na subvenção dos colonos. O trabalho livre, nesses moldes, passa a ser vantajoso para o fazendeiro. O rendimento monetário pago ao colono era muito baixo, assemelhando-se com o preço do aluguel de um escravo.

Vejam, mais detalhadamente, uma análise de como funcionava o regime do colonato e como se dava a reprodução e expansão do capital cafeeiro sob esse regime de trabalho.

Com o fim do regime escravocrata, o trabalho passou a entrar no processo produtivo desonerado, pois o fazendeiro não tinha mais que empacar vultosa quantia de capital na compra de escravos. Com isso, esse capital imobilizado no escravo (trabalho) foi liberado, e pode ser utilizado em outros segmentos da produção cafeeira como a compra de terras e de maquinaria, além de outras oportunidades de inversão. Assim, o trabalho deixa de ser um componente do capital, como ocorria no regime escravocrata (o capital personificava-se no escravo). Nas palavras de Martins (1979) “ao libertar o trabalho, o capital liberta a si mesmo”.

Com a parcela de capital imobilizado (escravos) liberada, e no intuito de continuar esse processo de liberação, o fazendeiro necessita incorporar mais mão de obra imigrante. A incorporação de mais mão de obra implica na formação de novos cafezais e, desse modo, atua também uma pressão no sentido de ampliação das fazendas já existentes e na aquisição de novas. A principal parcela do capital da fazenda agora equivalia ao cafezal, e não mais aos escravos. A formação desse cafezal, portanto,

representava acumulação de capital para o proprietário. No final desse processo, tem-se um quadro de aumento (da formação) do capital para o cafeicultor. Dessa maneira funcionava a quebra do circuito do trabalho escravo.

A intervenção do Estado na subvenção dos imigrantes pode ser compreendida, do ponto de vista econômico do fazendeiro, como um financiamento da formação de capital da sua fazenda. Além do mais, representava a garantia de um influxo contínuo de trabalhadores em direção às fazendas sem dispêndio algum de capital por parte do fazendeiro. Essa é a idéia de socialização dos custos, apontada por Costa (1982) anteriormente.

Martins (1979) faz uma síntese desse circuito de acumulação e reprodução do capital cafeeiro no período, que permitiu a expansão da economia: a contínua necessidade de mão de obra para liberar o capital imobilizado no escravo promovia a formação de novos cafezais na fazenda, pelo trabalho do colono. Esse trabalho - por se realizar no regime do colonato e ser subvencionado pelo Estado - era transformado imediatamente em capital constante da fazenda, dado que o cafezal representava a maior parte do capital do fazendeiro. Esse movimento aumentava a produção de café, e engendrava uma contínua necessidade de ampliação da fazenda bem como a aquisição de novas terras para esse fim. Com a abertura de novas fazendas, a pressão por mais mão de obra reforçava-se.

Para os fazendeiros, todo esse arranjo favorável ao trabalho livre proporcionou a solução para a crise de mão de obra que era pronunciada no país desde o fim do tráfico negreiro, em 1850. O colonato foi o sistema que obteve sucesso no Brasil. Costa (1982) expõe alguns dados a respeito: entre 1875 e 1886 entraram em São Paulo quatro vezes mais imigrantes do que nos quarenta anos anteriores. A partir dos anos 1880 e depois da Abolição, em 1888, o movimento intensifica-se. Em 1886/1887 mais de 100 mil imigrantes, na sua maioria italianos, aportaram em São Paulo. Entre 1888 e 1900 (os doze primeiros anos após a Abolição) a província recebeu 800 mil imigrantes.

Não se pode esquecer, no entanto, que esse volumoso movimento imigratório não teria sido possível se não houvesse também condições adequadas no lado da “oferta” da mão de obra: nesse período a Itália passava por seu processo de unificação política e de industrialização, que acabou resultando num excedente populacional agrícola, principalmente na região Sul da península. Esse excesso populacional acabava por gerar uma tensão social na região, e a saída de grande contingente de italianos funcionava como uma “válvula de escape” para esse problema, aliviando a situação social.

Todavia, nem todas as regiões realizaram a transição para o trabalho livre já nesse período. Como já indicado os fazendeiros do Vale do Paraíba estavam cheios de escravos nesse período, o que representava um alto empate de capital. Nas vésperas da Abolição, Costa (1997) mostra que os escravos chegavam a representar 75% do patrimônio e de 80% a 90% do valor da fazenda dos cafeicultores mais atrasados. Para estes – um grupo já pequeno nesse período - a Abolição teria que vir com indenização. Encontravam-se endividados, sem condições de oferecer um salário competitivo aos imigrantes.

Nas cidades, com a intensificação do processo de urbanização, o crescimento demográfico do país e o aumento da população livre como proporção da população total, o trabalho livre teve penetração mais rápida. Mas nessa época, o Brasil ainda era um país essencialmente agrário de forma que o centro da análise do surgimento do trabalho livre é o campo.

O enorme fluxo de imigrantes nas condições descritas garantiu a solução para o problema da mão de obra na grande lavoura de café. Aos poucos, foi resolvida a crise do trabalho compulsório no complexo cafeeiro exportador, e a economia brasileira ficava dotada das condições para se expandir durante o final do século XIX e início do século XX.

c) Os Efeitos da Solução Adotada sob a Ótica do Mercado Interno

A adoção do trabalho livre, centrado no trabalhador europeu sob o regime do colonato, causou uma série de conseqüências sócio-econômicas para o Brasil. Nesta parte do trabalho iremos centrar nossa análise em como essa solução introduzida no Brasil como resposta à crise do trabalho compulsório impulsionou e moldou a formação do mercado interno nacional.

A transição para o trabalho livre não foi homogênea no país, nem mesmo dentro do setor cafeeiro. Regiões que mantiveram o regime escravocrata até as vésperas da Abolição, em 1888, sofreram mais os efeitos desta. As fazendas economicamente decadentes tiveram consideráveis dificuldades para adotar o regime de trabalho assalariado. Ao contrário, regiões mais prósperas, onde o trabalho livre penetrava progressivamente, não encontraram tantos entraves econômicos.

O trabalho livre, introduzido sob o regime do colonato, possibilitou ao complexo cafeeiro do Oeste Paulista diversas vantagens, como aponta Cano (1977): houve queda dos custos da produção do café e o aumento da produtividade; a concessão de terras para o plantio sob o regime do colonato permitia o aumento da renda dos colonos, implicando na diversificação da produção agrícola do estado de São Paulo; o regime de salários permitiu o surgimento de uma camada social com certo poder aquisitivo, aumentando a demanda interna para bens de consumo correntes; ainda, proporcionou o aumento da disponibilidade de mão de obra para a expansão urbana que ocorria no período.

No entanto, o fato do colonato ser um regime misto de trabalho, ou seja, a remuneração do trabalhador não era 100% monetária, causou diversos entraves para a formação e dinamismo do mercado interno brasileiro. Vejamos os problemas do regime do colonato sob a perspectiva da formação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista e do potencial de monetização de uma economia. Martins (1979) irá imputar à economia cafeeira do período que operava sob o colonato a alcunha de economia de “práticas capitalistas com relações não-capitalistas de produção”. Vejamos o porquê.

Dado o funcionamento da remuneração do regime de colonato, apresentado anteriormente, o fazendeiro teria um gasto muito baixo com a força de trabalho. Durante o período de formação do cafezal (que durava entre 4 e 6 anos), o colono vivia apenas com o produto dos alimentos plantados e a venda de seu excedente. Assim, sua reprodução material era algo muito próximo de um regime de “auto-subsistência”, principalmente enquanto os cafezais não começavam a render os frutos (café). Para o colono, a produção e aquisição dos seus meios de vida não passavam pelo mercado, a não ser excepcionalmente, na venda dos excedentes alimentícios por ele produzidos.

Apenas após o período de formação do cafezal (duração de 4 à 6 anos), o colono começaria a colher o café, para então ganhar o rendimento monetário (salário). Martins (1979) coloca: “o ônus da formação do cafezal cabia ao trabalhador”, e “não se dava por intermediação do mercado”, como se esperaria no modo capitalista de produção⁸.

Era como se o colono pagasse com o cultivo e trato do cafezal a “permissão” de usar a terra do proprietário (cafeicultor) para plantar os alimentos e gêneros de primeira necessidade durante o período de formação. Era como se fosse o tributo por poder

⁸ Todo esse quadro também gerava um entrave a contabilidade de custos da força de trabalho, com isso atuava um freio à racionalidade econômica e à mentalidade capitalista do cafeicultor

trabalhar para si próprio. Nesse sentido, o colonato assemelhava-se a uma relação de arrendamento entre proprietário e arrendatário de terras, e não a uma relação capitalista de produção, entre empregador e empregado. Não havia igualdade econômica (real) nem jurídica (formal) entre o colono e o fazendeiro.

Dessa maneira, cabia ao colono tanto a produção da mercadoria comercializável pelo fazendeiro (café), quanto a produção dos seus próprios meios de vida (sua subsistência). Desse modo, o rendimento monetário do trabalhador – o salário – que só era recebido após o período de formação do cafezal (duração de 4 à 6 anos), aparecia-lhe como secundário, pois este era um rendimento recebido após a sua reprodução material. Se a aquisição de seus meios de vida e de sua subsistência não passavam pelo mercado, o salário não parecia ter grande importância para ele. Esse é um motivo, como aponta Martins (1979), da ausência de pressão organizada dos trabalhadores reivindicando aumento salarial.

Assim, aparentemente o colono trabalhava para si mesmo na produção de alimentos para sua subsistência. No entanto, num regime de trabalho livre e assalariado, tipicamente capitalista, a subsistência do trabalhador deveria passar pela esfera do mercado, no momento em que o trabalhador, quando recebe seu salário (contrapartida da venda de sua força de trabalho), compra os meios necessários para sua reprodução material. O recebimento do salário (rendimento monetário) pelo colono ocorria após a venda do café, ou seja, após o fazendeiro efetuar a transformação do seu capital-mercadoria em capital-dinheiro, na esfera da circulação. Em outras palavras, o colono era remunerado não pelo seu trabalho em si (esfera da produção), mas sim pelo seu produto.

Desse modo, percebe-se que embora a introdução do trabalho assalariado pode monetizar a economia e influenciar diretamente a formação do mercado interno brasileiro, o regime adotado – o colonato – promoveu entraves quanto a esses pontos.

Para completar a análise quanto à formação do mercado interno brasileiro, vejamos como o principal produto de exportação brasileiro da época, o café, teve influência nesse processo.

c.1) Inserção do País na Divisão Internacional do Trabalho

A economia brasileira se inseriu no período em questão num fluxo de comércio internacional que crescia consideravelmente. O país integrava-se nesse fluxo

exportando produtos primários, essencialmente agrícolas, gerando renda para a economia nacional. Com esse agregado gerado, era possível importar bens não produzidos em nosso território, em especial manufaturas e produtos industrializados. Essa era a forma básica da integração brasileira ao comércio internacional.

Isso significava que a produção nacional possuía um baixo nível de densidade tecnológica, necessitava de pouco capital para ser produzida e a mão de obra poderia ser rudimentar e não qualificada. Do outro lado, os produtos importados – principalmente da Europa – eram caracterizados por incorporarem os últimos avanços tecnológicos produzidos e por serem capital-intensivos. Desse modo, a mão de obra tinha que ser mais qualificada e receber salários reais mais elevados.

Para ter acesso a esses produtos resultantes do avanço do progresso tecnológico na Europa – o centro do sistema econômico – cabia ao Brasil (e a todos os outros países periféricos) produzir produtos que encontrassem demanda internacional. Dessa forma, a renda gerada por essas exportações seria utilizada na compra dos bens mais sofisticados tecnologicamente provenientes da Europa.

Assim, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho está umbilicalmente ligada à relação centro-periferia da época. Ao Brasil, enquanto nação periférica, cabia a tarefa de produzir bens de baixo valor agregado que encontrassem grande demanda no centro do sistema. Assim, a orientação de nossa economia estava fadada a ser essencialmente agro-exportadora.

Durante o final do século XIX e início do século XX, o país passou por uma considerável expansão econômica. Considerando o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, tem-se que analisar seu comportamento para entendermos esse movimento de crescimento no período.

Furtado (2006) aponta para uma aproximação de que o quantum das exportações brasileiras aumentaram 214% entre os anos 1840 e a última década do século XIX. Esse aumento ainda foi acompanhado por uma elevação do preço médio dos produtos, de aproximadamente 46%. Segundo o autor, isso significou um aumento de 396% na renda real gerada pelo setor exportador.

O café desempenhou o papel de principal produto primário, produzido e exportado em larga escala pelo Brasil do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O café encontrava alta demanda no centro do sistema capitalista, proporcionando geração de renda para o setor exportador da economia nacional. Assim, para

analisarmos o desempenho da economia brasileira no período temos que analisar o desempenho do setor exportador e, dentro dele, focalizar no setor cafeeiro.

Durante o período houve formidável expansão do complexo de produção cafeeira, com transferência de mão de obra proveniente de regiões de baixa produtividade e do setor de subsistência rumo às fazendas mais modernas do Oeste Paulista. Segundo Furtado (2006), a quantidade de café exportado aumentou 341% e os preços do produto em 91%, entre os anos 1840 e a última década do século XIX. O autor infere que a renda real gerada pelas exportações do café tenha crescido numa taxa anual de 4,5%. Portanto, isso significaria uma taxa de aumento anual da renda real *per capita* de 2,3%.

Esses números podem ser considerados elevados, mesmo numa comparação internacional do período. Com a expansão econômica - baseada no regime de trabalho livre - conseqüentemente o mercado interno é aquecido e posto em ampliação.

c.2) Características da Distribuição de Renda entre Salários e Lucros

Com a adoção do trabalho livre, a expansão do complexo cafeeiro paulista se dará baseado no trabalho assalariado, que possui uma dinâmica distinta daquela centrada no trabalho escravo. Para adentrar na análise do mercado interno no período, urge compreender de que forma se dava a distribuição da renda gerada pelo setor exportador cafeeiro. Em outras palavras, qual fatia da renda destinava-se para os trabalhadores, o setor assalariado da economia, e qual fatia destinava-se aos fazendeiros e empresários, que recebiam os lucros; e como isso se conjuga com a formação do mercado interno.

O comportamento desses dois grupos no que diz respeito à utilização da renda é bem distinto: os trabalhadores utilizam toda sua renda, ou quase toda ela, no consumo (propensão marginal ao consumo aproximadamente igual a um). Com uma maior massa de salários na economia, aumenta a demanda por artigos de consumo (vestuário, alimentos, bens de consumo durável). A produção desses artigos pode ser expandida, pois há disponibilidade de mão de obra para tal. Assim, o montante de salários significa a demanda interna para a produção de outros artigos e, portanto, é o núcleo do mercado interno da economia. Já os empresários, apesar de terem um nível de consumo absoluto muito maior, utilizam parte de sua renda para re-investimentos,

visando aumentar seu capital privado e assim reproduzir em escala ampliada seu processo de valorização.

Quando ocorre um aumento da renda no setor exportador (gerado, por exemplo, por um estímulo externo), os empresários tendem a re-inverterem seus lucros, expandindo as plantações. Num cenário de abundância de terras e mão de obra, o fazendeiro não encontra obstáculos para isso, apenas fica dependendo da variável externa, a demanda internacional pelo café.

As regiões cafeeiras em rápida expansão, de forma genérica as do Oeste Paulista, estavam mais aptas a pagar uma melhor remuneração à mão de obra que viesse a trabalhar em seus cafezais que - em momento de prosperidade - precisavam de mais trabalhadores. Dessa forma, seria de se esperar que a Abolição traria uma redistribuição da renda mais favorável ao trabalhador, pelo menos no caso do setor cafeeiro mais moderno.

Todavia, não foi isso que ocorreu, devido principalmente a dois motivos. Primeiramente, Furtado (2006) aponta uma causa de comportamento social: os escravos recém-libertos ainda carregavam características do sistema de trabalho compulsório e, portanto, não estavam acostumados a responder estímulos econômicos, pois “o trabalho era visto com uma maldição e o ócio o bem inalcançável”. A idéia de acumulação de riqueza lhes era descabida. Esse homem estava acostumado a trabalhar apenas para ter o suficiente para sua subsistência, nada mais. Assim, um salário acima de suas necessidades de subsistência era menos preferível que um salário exatamente nesse nível complementado por mais tempo de ócio.

O segundo motivo foi a presença de um “exército de mão de obra de reserva”, pronta para ser utilizado nos cafezais sempre que os fazendeiros necessitassem. Essa oferta em abundância permitia rebaixar os salários aos níveis mais baixos possíveis, próximos aos níveis de subsistência. Nas palavras de Furtado (2006): “teve importância fundamental a existência da massa de mão de obra relativamente amorfa que se fora formando no país nos séculos anteriores. Se a expansão da economia cafeeira houvesse dependido exclusivamente da mão de obra imigrante européia, os salários ter-se-iam estabelecido a níveis mais altos, à semelhança do que ocorreu na Austrália e mesmo na Argentina.” Dessa forma, mesmo abolido o trabalho escravo, a distribuição de renda no Brasil sofreu pouquíssimas alterações.

Assim, o setor cafeeiro pôde manter seu nível de salários praticamente estável durante sua etapa de expansão verificada. Oferecendo uma remuneração um pouco

mais elevada do que em outros setores da economia, os cafeicultores garantiam o suprimento de mão de obra que necessitavam.

Isso significa que o empresário podia reter praticamente de forma integral os ganhos de produtividade e das elevações do preço do café, repassando muito pouco ou quase nada para os trabalhadores. Uma das conseqüências dessa dinâmica ocorrida no Brasil é a concentração de renda, já que a massa de trabalhadores (a maioria da população) pouco ou quase nada recebia com o aumento da renda do complexo cafeeiro exportador. Ainda, com a massa de salários comprimida, atuava um freio ao crescimento do mercado interno nacional, que dependia da demanda dos setores assalariados para produzir mais.

Como apontado na análise acima, o empresário do café não contava com nenhum obstáculo quanto a mão de obra e quanto a terra para produzir. Estes funcionavam como dois fatores de produção com ofertas “ilimitadas”. Dessa forma, não havia incentivos para o empresário intensificar a capitalização da produção, aplicando uma maior quantidade de capital por unidade de terra ou de mão de obra, como, por exemplo, investindo em técnicas mais modernas. Portanto, os ganhos de produtividade física eram estruturalmente quase inexistentes ou nulos. Ainda era mais vantajoso expandir as plantações e incorporar mais mão de obra, e não melhorar os métodos de cultivo.

A fonte fundamental dos ganhos do cafeicultor vinha do exterior, na forma de aumento da demanda do centro do sistema capitalista pelo produto. Isso se traduzia numa elevação do preço do café nos mercados internacionais, aumentando a renda auferida pelo produtor. A conseqüência disso é a dependência do cafeicultor quanto aos mercados internacionais no que toca à demanda de seu produto, o café.

Ora, apesar do café ser um produto em alta nos países centrais da época, ele também estava sujeito às volatilidades do mercado, pois haviam movimentos cíclicos. Assim, se existiam momentos de alta dos preços, em outros o declínio destes eram claros. Como observado nos parágrafos anteriores, os aumentos da renda gerada no complexo cafeeiro exportador eram repassados praticamente de forma integral para os empresários. Os salários dos trabalhadores não recebiam as benesses do aumento da demanda mundial pelo café.

Nos momentos de baixa no preço do café, portanto, esperar-se-ia que a pressão da queda cíclica se concentraria sobre a massa de lucros, dado que o nível de salários não sofria elevação no momento de alta do ciclo, mantendo-se perto do nível de

subsistência. Nas palavras de Furtado (2006): “as flutuações dos preços de exportação se traduziriam, dessa forma, em contrações e expansões da margem de lucro do empresário”.

Todavia, o empresariado do café possuía outros mecanismos para não sofrer com a queda cíclica dos preços do café. O instrumento da desvalorização cambial foi amplamente utilizado durante o final do século XIX até o início do século XX com vistas a proteger a renda dos cafeicultores. A desvalorização cambial fazia com que a moeda nacional perdesse valor no mercado internacional. A consequência disso era que, em termos de moeda local, as importações tornavam-se mais caras e as nossas exportações mais baratas, incentivando essas últimas e impedindo a realização das primeiras.

Na prática, o mecanismo da desvalorização funcionava como meio de transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que recebiam com as exportações. Considerando que boa parte das importações brasileiras da época era composta por bens essenciais, como vestuários e alimentos, pode-se dizer que toda a coletividade pagava pelas importações. Se levarmos em conta que os beneficiados com as exportações eram um número muito restrito – os cafeicultores – é nítido que com a desvalorização cambial no momento de declínio do preço internacional do café se operava o clássico mecanismo de “socialização das perdas”.

Concluindo, esse movimento engendrava um processo de concentração de renda na etapa de alta dos preços do café, no entanto, nos momentos de declínio, os prejuízos eram repartidos por entre toda a massa consumidora, mingando a expansão do mercado interno.

III) Argentina

a) Introdução

Durante todo o período colonial, não houve na Argentina nenhuma atividade produtiva que pudesse ser entendida como um centro dinâmico dessa economia, pois nenhuma atividade foi fortemente vinculada com o comércio exterior. Como resultado, o fluxo de mão de obra para a região, seja de colonizadores espanhóis, escravos africanos ou de índios de outras regiões da América Espanhola foi parco e escasso. A região foi caracterizada pela escassez de trabalho. Também não houve melhorias significativas do nível tecnológico das atividades produtivas. Assim, observou-se, segundo Ferrer (2006), um estancamento da produtividade e do produto bruto por habitante ao longo do período colonial.

O território do que hoje é a Argentina não oferecia elementos de atração para a produção destinada à exportação colonial, como ocorreu com o complexo açucareiro no nordeste brasileiro. Nas palavras de Ferrer (2006), “o território localizado ao sul do Trópico de Capricórnio, a leste dos Andes e a oeste do rio Uruguai não possuía o tipo de recursos naturais de magnitude e localização geográfica adequada para que se convertesse em centro importante da economia colonial. A principal característica do meio físico nesses territórios era a pradaria da zona temperada, excepcionalmente dotada para o cultivo de cereais e produção pecuária”.

Assim, nessa região desenvolveu-se uma agricultura e pecuária típicas de zona temperada, mas que durante todo o período colonial esteve à margem do setor dinâmico de todas as economias coloniais da época: o comércio externo com a Europa. Esse tipo de produção, como aponta Ferrer (2006) “não se adaptava às formas típicas da produção colonial destinada às exportações, isto é, exploração em grandes superfícies territoriais com ... ocupação de mão de obra servil”.

Desse modo, durante os séculos XVI à XVIII essas atividades produtivas destinavam-se meramente ao consumo interno da escassamente povoada pradaria argentina. As atividades de agricultura e pecuária de uma zona temperada não eram compatíveis com o trabalho servil do escravo negro ou do índio.

Particularmente à pecuária, mais perto do final do período colonial, ocorreu o aparecimento da grande fazenda criadora de gado que permitia o uso do trabalho servil, porém sempre em pequena escala, principalmente quando comparada à agricultura

tropical brasileira e aos enclaves mineiros ao longo da América Espanhola. Nessa época, a região do Rio da Prata era rica em terras, porém escassamente povoada. Assim, os produtores locais especializaram-se na produção justamente de uma atividade que requisitasse terras abundantes, baixo nível tecnológico e pouca mão de obra: criação de gado para produção de couros.

No entanto, os espanhóis tiveram sucesso em encontrar metais preciosos em outras áreas de suas possessões na América. Cabe destaque às minas de prata de Potosí (cidade hoje pertencente à Bolívia), que tinha sua produção escoada pelo porto de Buenos Aires. Para tanto, essa produção mineral tinha que atravessar boa parte do território do que hoje é o Noroeste argentino (Jujuy, Salta, Tucuman, Córdoba), antes de chegar à cidade portuária atlântica para finalmente ser enviada para a Espanha.

Mesmo que a localização das minas de prata do Alto Peru (Potosí) não seja parte do que hoje se conhece por Argentina, durante o período colonial toda a região pertencia à Coroa Espanhola. A extração mineral de Potosí era uma atividade fundamental para a Metrópole, e sua rota de comercialização passava por grande parte do que hoje é a Argentina. Assim, houve um relativo florescimento de um comércio regional e algumas atividades econômicas (produção de algodão, por exemplo) na região noroeste argentina e em outros pontos de passagem em direção ao porto de Buenos Aires.

Ainda, nas áreas ao redor das minas de Potosí havia previamente uma concentração populacional indígena maior do que em outras áreas, correspondente às ramificações do antigo Império Inca. Isso facilitou a exploração dessas minas, pois a empresa exploradora espanhola aproveitou-se do caráter relativamente pacífico e organizado dessas antigas populações indígenas. A extração mineral dava-se principalmente via unidades produtivas de grande escala e com base no trabalho servil ou escravo, sob o regime de *encomiendas*.

Assim, no Noroeste argentino observou-se uma densidade populacional relativamente maior do que em outras regiões do atual território argentino, população esta ocupada seja na extração mineral – sob o regime de *encomienda* – seja em atividades comerciais ou produtivas secundárias.

O acesso a portos e mercados estrangeiros de outras mercadorias que não a prata era quase impossível, dadas as longas distâncias, custos de transporte e características da área, o que contribuiu para a impossibilidade de se criar gado. A região ficou fadada à extração da prata e de atividades que giravam em torno dela.

A população indígena empregada na região, submetida ao trabalho servil, tinha rendimentos suficientes apenas para sua subsistência. O trabalho dos indígenas sob *encomienda* era remunerado muitas vezes em espécie, e não em forma monetária, ou ainda era pelo fruto do seu próprio trabalho quando sobrava tempo suficiente para a realização de jornadas livres, como aponta Ferrer (2006). Isso contribuiu para o bloqueio à diversificação da demanda interna e ao surgimento de outras atividades econômicas. A massa de trabalhadores servis provia sua própria subsistência, fora do pequeno mercado colonial que existia na região.

O uso da mão de obra escrava africana foi limitado na Argentina, dada a inexistência de atividades como plantações tropicais (como no caso brasileiro) e de extração mineral longe de antigos centros de povoamento indígenas. No entanto, dada sua posição geográfica de intermediária comercial, a cidade portuária de Buenos Aires teve papel importante no tráfico de escravos negros no período colonial, e o uso do braço africano não foi nulo. Era pela futura capital da Argentina que os africanos chegavam para depois espalharem-se pela região. No século XVIII, afirma Ferrer (2006), ingressaram no porto de Buenos Aires 23 mil escravos africanos (cifra certamente menos expressiva do que os números de países como Brasil e EUA, mas mostra que a escravidão negra na Argentina não foi nula, como costuma-se acreditar).

A maioria dos africanos teve como destino final as minas de prata do Alto Peru, onde iam trabalhar como escravos. Outros iam para as fazendas de gado, e ainda para substituir a mão de obra indígena que eventualmente se extinguiu⁹ em atividades agrícolas e minerais. Muitos, porém, acabavam por tornarem-se serventes de atividades domésticas na própria cidade de Buenos Aires. Lenz (2004) afirma que em 1714 aproximadamente 25% da população de Buenos Aires era de origem africana.

Ao longo do tempo, a mão de obra escrava reduziu-se substancialmente na Argentina. Esse processo tem início pouco após a Independência do país, quando em 1812 é aprovado o fim da importação de escravos e em 1813 a liberdade dos ventres e dos escravos que estivessem em território argentino. Tal processo, como se vê, ocorreu bem antes da Abolição no Brasil, e mesmo nos EUA, contribuindo para o fim do trabalho escravo e servil na Argentina. A finalização da questão se deu em 1835,

⁹ Entre os principais motivos da extinção de trabalhadores indígenas em determinadas regiões aponta-se a transmissão de epidemias vindas da Europa, além da própria fuga dos índios dessas economias regionais.

quando o governador de Buenos Aires firmou um acordo com a Inglaterra que conseguiu abolir definitivamente o comércio de escravos¹⁰.

O próprio temor do fim do fluxo de trabalhadores negros, antes mesmo do seu fim, causou efeitos no preço do escravo dentro do território argentino. Ao final do século XVIII, Lenz (2004) observa que já havia um clima de incerteza sobre a continuidade do tráfico dentre os plantadores que costumeiramente se utilizavam desse tipo de mão de obra. Nesse período, o preço dos escravos passou por um processo inflacionário, dado o temor do fim do tráfico negreiro.

Posteriormente ao fim do tráfico negreiro e da escravidão, a população negra local foi utilizada em muitas formações militares e guerras internas, e mesmo anteriormente, nas tropas que lutaram na Independência. Em 1914 a população afro-argentina já havia praticamente desaparecido, e seu peso na população total diminuído mais ainda, dado o posterior grande influxo de imigração européia.

A cidade de Buenos Aires cresceu gradualmente no período colonial, como intermediária comercial, seja exportando a prata de Potosí, seja como receptora inicial dos escravos africanos ou outras atividades. Aos poucos, também começou a exportar outros tipos de produtos primários, com destaque para os couros. Essa produção, como apontado anteriormente, começa a ter maior importância ao final do período colonial e era pautada na grande fazenda criadora de gado, utilizando mão de obra servil em pequena escala.

Durante o período de Independências da América Espanhola, a configuração territorial formada foi tal que as antigas áreas ricas em minérios ficaram dentro dos limites nacionais de Bolívia e Peru, e não da Argentina. Desse modo, observa-se no início de século XIX um peso crescente dos produtos pecuários na pauta de exportação argentina. Cortés-Conde (1985) afirma que já em 1825 os couros eram 53,5% das exportações, e as gorduras 32%. Até os anos 1840 as exportações mantiveram-se estagnadas, mas, no entanto, a partir dos anos 1850, a produção pecuária para exportação, que vinha sendo formada há séculos nas planícies férteis da região do Rio da Prata, consolida-se e ganha mercado internacional.

Se durante o período colonial não houve o surgimento de qualquer atividade exportadora dinâmica suficiente para provocar o nascimento ou deslocamento do centro

¹⁰ A Argentina, assim como o Brasil, também sofria pressões inglesas para o fim do tráfico negreiro. No caso argentino, como visto, a questão foi resolvida bem mais cedo, e não houve atritos diplomáticos relevantes.

de gravidade da economia - como ocorreu no Brasil (açúcar, mineração, café) - na Argentina Independente a criação extensiva de gado e a produção de couro e gorduras cristalizaram-se como modelo inicial de produção para exportação do país.

Inicialmente apenas o couro era exportado, e a carne do gado era utilizada na alimentação dos “gaúchos”; as estâncias (fazendas) eram quase que auto-suficientes. Nessa época o gado era achado pastando livremente nas pradarias pampeanas. Houve um rápido crescimento do gado, que poderia se reproduzir ilimitadamente, dado o vasto e não-povoado território dos pampas. O transporte dos couros era difícil, de alto custo e não confiável, mas a proximidade com o porto de Buenos Aires facilitava a exportação.

Como a criação de gado requeria pouco trabalho (e portanto pouca população), não houve grande urbanização nessas áreas e os Pampas permaneceram parcamente habitado. Os centros urbanos ficavam no fim das rotas de comércio ou ao longo dos rios (portos). Nesse período houve apenas o desenvolvimento de uma sociedade seminômade, devido a natureza sazonal do trabalho servil com o gado. A produção de couros tinha como característica uma geração mínima de renda para o trabalho. Com poucos trabalhadores, havia pouca demanda interna, e assim o comércio e a urbanização não avançavam.

A partir da década de 1850, nota-se uma evolução no modelo de exportação argentino. Outros produtos, além do couro bovino, começam a ter destaque na pauta de exportação. Os couros eram 60% das exportações em 1850, mas caíram para 20% em 1877.

A novidade foi o surgimento da lã como produto exportável¹¹, que ao longo desses 30 anos ultrapassou os couros na pauta de exportação. A criação de ovelhas para a exportação de lã corresponde a uma melhoria, ainda que pequena, no padrão de produção para exportação argentino. A criação de ovelhas exigia mão de obra em maior número e mais qualificada que a criação de gado. Cortés-Conde (1985) aponta que uma fazenda de gado de 10 000 hectares necessitava de 3 trabalhadores, enquanto um rancho de ovelhas de 5 400 hectares necessitava de 15 pastores trabalhando em conjunto.

Ainda, iniciou-se o aumento da produção agrícola de produtos de clima temperado – com destaque para o trigo e o milho - para exportação. Nos anos 1850 e 1860 a produção desses produtos para exportação ainda era tímida e voltada apenas para o

¹¹ Condicionaram a entrada da lã argentina no mercado internacional, além dos fatores internos do país: nos anos 1850 uma queda da oferta russa por conta da guerra da Criméia; nos anos 1860, uma queda da oferta dos EUA, devido a guerra civil americana.

consumo interno, mas a partir dos anos 1880 e 1890 passam por um notável *boom* exportador, e ocuparam a principal posição na pauta exportadora Argentina.

Tanto a produção de lã como a incipiente e crescente produção agrícola (mais concentrada em Santa Fe e norte da província de Buenos Aires) exigiam mais mão de obra que a produção de couros (criação de gado bovino). O problema da escassez de mão de obra no território argentino agrava-se nesse período.

Sem poder contar com a escravidão do negro africano ou com o regime de *encomienda* indígena, o produtor agrícola ou pecuarista enfrentava a necessidade de mais trabalho num país parcamente povoado. Para piorar a situação, a área de maior concentração populacional era a região do noroeste argentino, reflexo da antiga produção de prata no período colonial e a falta de um centro dinâmico exportador em outra região do país. Na região noroeste argentina, como apontado acima, notava-se uma densidade populacional maior que a região criadora de gado, ovelhas e de produção agrícola. É verdade que com a separação da região de extração da prata de Potosí, no período das Independências, e o conseqüente fim do acesso aos seus produtos e mercados, o Noroeste entrou em declínio, tanto economicamente como pela diminuição quantitativa da mão de obra indígena então empregada. Não obstante, nas primeiras décadas do século XIX o Noroeste ainda possuía maior concentração populacional que a região das províncias pampenas¹². A produção de lã, milho e trigo estava concentrada notoriamente nas províncias de Buenos Aires e Santa Fe, locais com uma densidade populacional mais baixa, especialmente nas zonas rurais.

Dado esse quadro, as migrações internas desempenharam papel relevante no período pós-Independência. Houve um fluxo migratório interno, especialmente em direção aos Pampas, região que concentrava a produção do novo modelo primário exportador. Os maiores aumentos de população ocorreram nas províncias em que as atividades econômicas exigiam mais trabalho. No período 1869-1895 a província que teve o maior aumento populacional foi Santa Fe, com 34,6%, seguida pelos 25,5% de Buenos Aires. A agricultura demandava famílias para trabalhar na terra e também demandava uma série de bens e serviços para suprir os novos centros rurais que aos poucos iam surgindo.

Todavia, as migrações internas não eram suficientes para resolver o problema da falta aguda de trabalho na região pampeana. Independentemente das diferenças de

¹² Segundo Cortés-Conde (1985) no começo do século XIX a Argentina possuía aproximadamente 300 mil habitantes, dos quais 1/3 estavam no Noroeste.

concentração populacional entre o Noroeste e os Pampas, a população total da Argentina ainda era muito reduzida, e o fluxo de migrantes rumo às zonas produtoras de lã e produtos agrícolas era limitado. Seria necessário aumentar consideravelmente o número de trabalhadores para o novo centro dinâmico da economia argentina conseguir ampliar sua produção e o excedente exportável.

Como se pode inferir dos parágrafos anteriores, a expansão do modelo de exportação argentino encontrava-se travado pela falta de mão de obra. Ainda, deve-se lembrar que mesmo que a produção de lã e de produtos agrícolas de clima temperado exigisse mão de obra em maior número e mais qualificada que a produção de couros e gordura, mantinha-se o padrão de produção primária para exportação. Portanto, mesmo essas novas atividades produtivas não requeriam alto nível tecnológico e trabalhadores muito qualificados. Manteve-se também a terra como um fator primordial para garantir-se a expansão desse complexo exportador.

Desse modo, enquanto não houvesse uma oferta de trabalhadores compatível com o aumento da produção e a disponibilidade de terras para incorporação por parte dos produtores rurais, esse modelo de produção primário-exportador argentino não conseguiria expandir-se e aumentar seu nível de excedente.

b) O Processo de Solução da Crise

Como sugerido anteriormente, no período 1850-1880 houve mudanças importantes na estrutura produtiva argentina. O próprio nível de exportações aumentou bastante (de 11.3 para 67 milhões de pesos-ouro), graças a principalmente à mudanças na produção primária: aparecimento de novos produtos exportáveis como a lã e a conseqüente mudança na pauta de exportação.

Os anos 1880 são conhecidos como a década de um grande crescimento das exportações – milho e trigo em destaque. A produção e exportação de lã e couros continuaram importantes, mas perderam peso na pauta de exportação. A mudança de composição das exportações foi o fato mais marcante nos anos 1880: os produtos agrícolas eram 1% do total das exportações em 1880, mas já alcançavam 25% em 1890.

Mesmo assim, o crescimento das exportações dos anos 1880, quando comparado com a década seguinte, foi apenas moderado. A produção agrícola (grãos e cereais) não estava sendo massivamente exportada ainda, como ocorreu nos anos 1890. Os principais produtos do período foram os cereais: trigo, e depois o milho. A partir de 1891 a

Argentina passou a ser um dos principais fornecedores de grãos no mercado mundial. Pode-se dizer que a partir de 1890, eram as colheitas, safras e produção agrícola que iriam moldar a estrutura sócio-econômica da Argentina.

A produção das safras agrícolas teve nos grãos/cereais o principal produto de exportação, com impactos na demanda por trabalho. Esse novo padrão produtivo para exportação significava maior uso da mão de obra, criando maior procura por trabalhadores. A presença cada vez maior de atividades que exigiam mais mão de obra, caso primeiro da criação de ovelhas e depois da produção agrícola, atraía cada vez mais trabalhadores às áreas onde essa produção estava concentrada.

Esse novo modelo produtivo para exportação teve diversos impactos na Argentina. Primeiramente, como já indicado, o aumento da necessidade de trabalhadores. O país, marcado pela escassez de mão de obra, teve, portanto, de enfrentar essa questão, uma vez que as migrações internas eram insuficientes para suprir o novo setor produtivo com a quantidade de mão de obra necessária.

O antigo padrão de exploração da força de trabalho – servidão indígena pela *encomienda* e em menor escala a escravidão – havia se esgotado com o início da Argentina Independente. Resquícios do trabalho servil ainda eram encontrados em meados do século XIX, porém o novo padrão produtivo exportador não era compatível com esse tipo de relação de produção.

A Argentina passava por um processo de transição, entre o passado colonial e uma moderna economia capitalista. Para tal, condição necessária seria generalizar pelo país relações capitalistas de produção, ou seja, o trabalho livre. Para a configuração de uma típica economia capitalista na Argentina, a questão da forma da exploração da força de trabalho mostrava-se central. As mudanças na estrutura produtiva apontadas acima revelam que a produção pecuária e cerealífera é o centro da análise da questão da mão de obra no período.

A produção agrícola de cereais para exportação necessitava não somente de uma mudança quantitativa na mão de obra, mas também de mudanças qualitativas nessas relações de produção. Assim, os produtores deveriam ser capazes de empregar um grande numero de trabalhadores e remunerá-los na forma assalariada.

Dentro do contexto de integração da economia argentina, via exportações, à economia mundial, era necessário aos setores que desejassem elevar sua participação no mercado mundial passar por mudanças no método produtivo, nível tecnológico empregado e infra-estrutura. A economia argentina vinha de um período marcado pela

incorporação insuficiente de mão de obra, pelo baixo padrão tecnológico empregado e pelo aproveitamento arcaico e rudimentar da terra disponível. Nas palavras de Ferrer (2006): “a utilização da terra em todo o período de transição foi sumamente precária e extensiva, o nível tecnológico das atividades pecuárias substancialmente baixo, a produção agrícola limitada a produzir para o mercado interno e a população rural muito reduzida”.

As autoridades argentinas já estavam cientes da questão, e a imigração europeia, desde o período da Independência, passou a ser encarada como a solução virtual do problema da mão de obra. A imigração europeia era vista como parte de um plano maior de transformação da sociedade argentina. O grande fluxo de imigrantes seria necessário para a renovação da população do país.

Tratava-se de um esforço consciente das elites que chegaram ao poder após a Independência de transformar a estrutura social do país, mirando os países avançados: Imigração em massa, educação universal e obrigatória, construção de uma rede de transportes, formas de produção modernas

A imigração seria fundamental dentro da idéia, muito difundida na época, conforme atesta Germani (1962) de “povoar o deserto” e mudar a composição da população. Após a Independência a Argentina era dotada de um território muito reduzido quando comparamos com sua atual área. Ao longo do século XIX, o país passou por uma grande expansão territorial, e assim teria que povoar essas novas extensões de terras adquiridas militarmente. Os territórios novos, ou simplesmente não povoados pelos argentinos (o que não significa que não havia previamente uma população de outra origem nessas áreas) foram rotulados como “deserto”, por seus líderes.

Com a anexação de novas áreas territoriais, surge também a questão da política agrária do período. Em outras palavras, como, de que maneira e seguindo quais interesses as novas terras foram distribuídas e apropriadas. Essas questões são de fundamental importância na determinação não só do fluxo quantitativo bem como na região de instalação da imigração.

A imigração europeia começou por volta da metade do século XIX, mas os grandes fluxos apenas apareceram a partir dos anos 1880, quando a economia argentina começava a sua fase de maior expansão.

Antes da fase de imigração massiva rumo à Argentina, o país precisaria resolver alguns entraves à atração de mão de obra sob o regime assalariado. Como apontado acima, faltava a Argentina uma rede de transporte moderna, que pudesse reduzir os

custos de transporte entre o local da produção agropecuária e Buenos Aires, onde as mercadorias vindas das áreas mais remotas do país pudessem ser exportadas com vultosos lucros ao produtor rural. O antigo sistema de transportes argentino, além de caro, não tinha grande capacidade de frete.

As ferrovias apareceram nesse contexto. Uma das marcas desse período foram quedas acentuadas do custo de transportes, graças a construção de uma densa malha ferroviária na Argentina. Isso possibilitou que terras antes distantes do porto de Buenos Aires e não aproveitadas economicamente pudessem ser postas em produção para exportação. Não por coincidência, é no período em que as ferrovias começam a serem construídas que se iniciam as imigrações, ainda que de forma tímida.

A construção de ferrovias esteve intimamente ligada ao processo de expansão territorial o qual atravessou a Argentina. Desse modo, é imprescindível analisar a questão da construção da malha ferroviária argentina associada com os ganhos territoriais no período. Como determinante último desses dois processos, tem-se a expansão do modelo primário exportador argentino, que ao mesmo tempo em que necessitava de mais terras para serem utilizadas na produção de couros, lã, milho e trigo, necessitava que estas terras fossem economicamente viáveis de serem postas em produção, ou seja, necessitava que a mão de obra vinda da Europa encontrasse terras economicamente viáveis de serem trabalhadas e que a produção proveniente dessas novas terras alcançasse a Europa, de forma a garantir alta rentabilidade aos produtores e proprietários rurais.

b.1) Expansão Territorial e Ferrovias

Para possibilitar um aumento no nível de produção exportado, além de incorporar mais mão de obra a sua produção, os produtores teriam que reduzir as enormes dificuldades de transporte que seus produtos enfrentavam.

Assim, foi necessário aprimorar os sistemas de transportes para tornar essas atividades mais rentáveis. O transporte era feito tradicionalmente por carretas, em que cavalos puxavam vagões. Esse método além de ser lento, possuía um limite muito baixo quanto ao volume carregado e era inseguro.

A solução adotada para essa questão foi a construção das linhas férreas na Argentina. As primeiras ferrovias foram feitas no mesmo período em que as primeiras levas de imigrantes começaram a chegar, na virada dos anos 1850 para os 1860. O novo

sistema de transporte possibilitaria a queda dos custos de transporte para o produtor e o acesso a áreas distantes do porto de Buenos Aires. Em outras palavras, colocaria terras distantes em condições econômicas viáveis de produção.

Já na Constituição de 1853 estava prevista a construção de estradas de ferro, visando a consolidação e segurança do território nacional. A questão da formação do Estado Nacional era muito sensível nesse período, dada as forças centrífugas locais. O Governo Central buscava a aplicação de sua autoridade em todas as províncias, minando os antagonismos regionais. As ferrovias serviriam a essa função, além de promover a óbvia melhoria na infra-estrutura e contribuir com a apropriação das terras dos Pampas.

Para a tarefa de construir as ferrovias, o capital externo, que nesse caso era sinônimo de capital britânico, foi fundamental. O Estado não possuía condições financeiras de desprender vultosos investimentos, e os capitais privados nacionais eram insignificantes.

Desse modo, era necessário trazer o capital externo à Argentina, para assim levar o projeto de construção das estradas de ferro adiante. Um dos principais fatores de atração do investimento estrangeiro era a garantia pelo Estado de lucros mínimos de 7% ao capital subscrito pelas empresas estrangeiras no setor ferroviário. Outro fator foi a concessão de 1 légua (3 milhas) de terras adjacentes as vias férreas em cada lado de toda a extensão da linhas; soma-se a isso materiais livres de impostos.

A primeira companhia ferroviária do país nasceu de uma iniciativa privada nacional, porém sob liderança de um cidadão inglês. Em 1854 foi criada uma S/A de investidores argentinos, que seria a companhia Ferrocarril Oeste, cuja inauguração ocorreu 1857. Depois de alguma expansão de sua malha ferroviária, os resultados deficitários levaram a província de Buenos Aires estatizá-la em 1863. Ela continuou de propriedade da provincial até a Crise de 1890, quando a situação fiscal do Estado e províncias argentinas deteriorou-se sensivelmente, e a Ferrocarril Oeste foi vendida para uma empresa britânica. Nessa época, seus trilhos já atravessavam os campos de agricultura e de criação de gado, com aproximadamente 600 milhas.

A Ferrocarril Central Argentino teve construção iniciada em 1863, mas inaugurada somente em 1870. Pode ser considerada sobre certo aspecto pioneira, pois não foi construída para satisfazer uma demanda já existente, mas sim para criá-la. Era na realidade uma companhia ferroviária e de terras, pois buscava utilizar suas terras concedidas pelo governo para implementar um regime de “colonização”. Nesse caso, seria necessário um grande volume de capital para construir as linhas férreas e também

utilizar suas possessões fundiárias. No entanto, a empresa não destinou recursos para a colonização. Houve falta de interesse dos investidores argentinos para realizar o objetivo da “colonização”, e este aspecto foi deixado de lado.

Uma terceira ferrovia era a Gran Sud (Ferrocarril Sud), que foi construída num território relativamente bem povoado. A inauguração de sua primeira linha foi em 1864, ligando Buenos Aires à Chascomús. Mais uma vez, tratava-se de uma companhia composta puramente de capitais britânicos.

Como a Ferrocarril Sud seria a responsável pela construção de linhas férreas nas áreas fronteiriças da região ao sul e sudeste da província de Buenos Aires, local previamente não colonizado, houve atritos com o Governo de Buenos Aires: os diretores da companhia, em busca do lucro, queriam estender as linhas para onde o tráfego era mais intenso e garantido. Porém, o Governo e os interesses rurais queriam linhas ao longo da fronteira, para garantir o povoamento das novas terras e iniciar a produção pecuária ou de cereais. Mesmo com o temor por parte da companhia de ter que construir linhas férreas ligando locais previamente parcamente habitados, a lucratividade foi muita alta. Prova disso é que a Ferrocarril Sud nunca precisou utilizar-se das garantias de 7% acima mencionadas.

A construção da malha ferroviária intensificou-se na década de 1870. Entre 1870 e 1877 a malha triplicou, chegando a 2262 km. Na zona estrategicamente importante, o sudeste da província de Buenos Aires, a rede quase triplicou (área que a Ferrocarril Sud cobria). Nos anos 1880 inaugurou-se uma nova fase de expansão das ferrovias. A malha ferroviária alcançou 9200 km em 1890, cruzando toda a região dos Pampas. Apesar de a construção ferroviária ter sido iniciada nos anos 1860, e de sua expansão na década seguinte, apenas a partir de 1880 começaram a funcionar de forma efetiva e integrada. Em 1865 havia apenas 200 km de trilhos na província de Buenos Aires, mas em 1880 havia 2500 km na província. Na virada do século, a Argentina possuía 16800 km de extensão ferroviária total. Em 1914 todas as principais regiões estavam ligadas a capital federal, além de outros portos interligados via terrestre, como Rosário e Bahia Blanca, quando a malha ferroviária chegou a 34 000 km¹³.

Levando em conta a escassa população Argentina, tinha-se uma grande densidade ferroviária instalada no país. A razão entre o capital total investido em ferrovias e a

¹³ Para as estatísticas ferroviárias completas de 1875 à 1914, ver o capítulo 9 de Lenz (2004)

CEDOC - IE - UNICAMP

população era maior do que em países como França e Alemanha (de maior densidade populacional), porém menor que a Austrália e os EUA.

A construção foi concebida em termos essencialmente políticos, para garantir segurança nas regiões de fronteira e impor a autoridade central sobre as províncias que não respeitavam o poder do Estado Nacional. No entanto, também foi economicamente fundamental. Em 1869 tem-se o primeiro registro oficial em que a lã transportada a Buenos Aires pela Ferrocarril Sud superava o total transportado por meios antigos (carretas).

É lícito afirmar que o trajeto e direção das ferrovias foram determinados pelos requerimentos da produção para exportação e pelo comércio externo. Era necessário tornar a produção agropecuária competitiva internacionalmente, baixando os custos de transporte.

A construção das linhas férreas permitiu substancial queda dos custos de transportes. Estima-se que entre 1855-1884 o custo de fretes ferroviários caiu 71,9% em relação ao transporte de carretas e entre 1884-1910 a queda foi de 23,33%.

Essa queda transfigurou-se em maiores lucros para os produtores e foi fundamental para a expansão da produção agrícola. Em 1883 o transporte de um vagão, pelo método tradicional da carreta (puxada a cavalo) custava 7,5 pesos por tonelada por 100 km. No ano seguinte, pelas ferrovias, era de 1,5 pesos. Os custos dos navios (hidrovia) eram ainda menores (1,4 pesos). Os principais produtos carregados eram os cereais: trigo e milho.

Pode-se dizer que o sistema ferroviário, requerido pelas oportunidades de comércio externo, ao permitir acesso à novas regiões e a consolidação de algumas já existentes, também foram determinantes na consolidação nacional. A malha ferroviária permitiu o povoamento e o assentamento nas antes remotas áreas ao sul e oeste da província de Buenos Aires, no sul de Santa Fe e em Córdoba¹⁴.

Cortés-Conde (1985) lembra da importância do sistema hidroviário, muitas vezes subestimado pela literatura sobre o tema. O autor aponta que as ferrovias muitas vezes acabavam em portos dentro do território argentino e daí as mercadorias seguiam para o porto de Buenos Aires para serem exportadas, percorrendo boa parte do território

¹⁴ Muitas estações ferroviárias acabaram por tornarem-se centros de povoamento (vilas), contribuíram para o surgimento de centros urbanos, com a construção de almoxarifados, comércio dos estoques e intermediários, uma variedade de lojas e comércio, levando uma mudança em direção a funções urbanas, além de valorizar terras próximas.

argentino em navios, e não sobre os trilhos. Aos poucos, no entanto, o sistema hidroviário acabou perdendo importância frente às ferrovias. Por volta de 1914, pode-se dizer que o sistema ferroviário finalmente tinha substituído os antigos métodos de transporte, incluindo sistema hidroviário, dado a ligação de cidades portuárias (caso de Buenos Aires- Rosário) via terrestre. Com isso, os antigos portos perderam importância (porém outros foram criados, essencialmente na costa do Atlântico, atendendo a novos centros sub-regionais de produção agrícola).

Pode-se dizer que esse grande aumento dos lucros foi financiado por toda a população, por conta da natureza do financiamento dos investimentos, ainda mais no início, quando o volume de bens transportados não era suficiente para garantir a taxa de lucro mínima das companhias, que acionava o dispositivo das garantias (7% sobre o capital investido). Em 1892 o governo já havia pago para as companhias ferroviárias quase 3 milhões de libras em garantias. No ano de 1890, o montante pago em garantias foi o correspondente a 5% das receitas com exportações.

O desenvolvimento da rede ferroviária Argentina guarda uma alta correlação com a expansão territorial do país. No início dos anos 1870 a fronteira da Argentina era uma linha móvel, flutuante, mal definida, que separava as zonas povoadas do país dos “espaços vazios”, “não civilizados”. Por volta dos anos 1870/1880, o sul da província de Buenos Aires ainda era ocupado pelos indígenas. Assim, essas áreas não povoadas pela população argentina eram chamadas de “deserto”: de modo geral, os amplos espaços ao sul, sudeste e noroeste do país, que eram na verdade povoados, só que por indígenas.

Incorporar esses territórios era o maior desafio a ser enfrentado por aqueles que queriam construir o Estado Nacional argentino. O próprio presidente Sarmiento afirmava e entendia a Argentina como “uma região vasta... sua própria extensão é o mal de que o país sofre, o deserto cercando-o por todos os lados”. Sarmiento corporificava bem a idéia presente na época de que a civilização estava restrita aos centros urbanos, e que nos espaços vazios e áreas fronteiriças o domínio da barbárie fazia-se presente. Assim, o Estado Argentino tinha a tarefa de povoar e “civilizar” essas áreas.

Antes dos anos 1870 houve um certo retrocesso na fronteira na Argentina e os direitos de propriedade eram incertos (insegurança quanto a propriedade na fronteira), dado o período conturbado que o país vinha enfrentando: guerras civis e do Paraguai, além de problemas com países limítrofes (Chile)

Outro fator era a “ameaça indígena”. Os índios estavam espalhados num imenso território, não submetidos ao controle estatal. Promoviam invasões a povoados, competiam pelo gado que pastava livremente nos pampas, atrapalhando a segurança e a rentabilidade da agropecuária nas pradarias argentinas – “pela primeira vez, a insegurança na fronteira indígena começava a produzir um impacto profundo no ritmo do desenvolvimento argentino”.

A fronteira argentina interna era um termo vago, empregado para referir-se a zona geral pampeana: não era estática, não havia uma divisão precisa, ou especificamente reconhecida entre áreas colonizadas e não colonizadas, era uma fronteira aberta e pouco rígida, podendo ser facilmente penetrada pelos índios. Apenas a partir dos anos 1870, dado as mudanças econômicas, a fronteira passou a ser vista como uma barreira firme entre zonas não civilizadas e as cultivadas; a insegurança na fronteira, com perdas de gado, cavalos, ovinos, pessoas era preocupante. Com o notável aumento da criação de ovinos, o saque era bem atrativo e remunerativo para os índios¹⁵.

A expulsão indígena e apropriação das terras foram alcançadas por operações militares, conhecidas como “Campanhas do Deserto”¹⁶. Em 1874 – quando Avellaneda assume o poder - a Fronteira Sul (Buenos Aires, Santa Fe, Santiago Del Estero, San Luis e Mendoza) era a mais vulnerável. A partir dessa data começam as investidas mais agudas do Governo Central contra os indígenas, buscando se apropriar do chamado “Deserto”.

A primeira campanha conhecida¹⁷ foi a de Alsina (ministro da Guerra do presidente Avellaneda), iniciada por volta de 1875. Sua missão era recuperar a fronteira do Rio Negro e avançar na linha da fronteira sul, próximo de Bahia Blanca. Desse modo, asseguraria esse território às populações do pampa e incorporaria à produção enormes extensões de terra. Para garantir o sucesso da Campanha, foi necessária uma melhor infra-estrutura de comunicações ao longo da fronteira. Foram construídas estradas de ferro e linhas telegráficas, para unir a Capital às novas terras. Ao final da Campanha de

¹⁵ À medida que o desenvolvimento econômico argentino avançava rumo a terras antes não cultivadas, a população secularmente nesses locais instaladas – os indígenas – passaram a serem expulsas de suas terras originárias e a terem seu modo de vida ameaçado. A questão da “ameaça indígena” deve ser vista, portanto, também sob a ótica destes, e não somente sob a ótica do colonizador. O movimento das populações indígenas de saques e ataques às estâncias pode ser compreendido como último recurso que lhes cabia, dado a perda de suas terras e meios de vida.

¹⁶ O termo “deserto”, como batizado pelos que avançavam sobre essas terras, deve aqui ser entendido como barbárie ou “vazio de civilização”. Trata-se de uma contradição, pois se se tratava de realmente um deserto, não haveria a necessidade de conquistá-lo.

¹⁷ Antes, houve ainda a Campanha de Rosas, em 1833, mas com importância menor em relação às outras Campanhas em questão.

Alsina, a fronteira assumia finalmente uma forma física. Foram incorporados 56 000 km² de terras durante a Campanha.

Com a morte de Alsina, em 1878, assume seu cargo Julio Roca, antigo comandante da Fronteira Oeste das Campanhas. Sob o comando de Roca, a Argentina entrou na fase final das “Campanhas do Deserto”.

Na fase de Roca, houve continuidade do enfrentamento das tribos ao sul e sudeste da província de Buenos Aires e ao sul de San Luis, Córdoba e Mendonza. Seu plano era de primeiro eliminar os índios e depois avançar a Oeste até a Cordilheira dos Andes e prolongar a ocupação Sul até a Terra do Fogo.

Roca pôde contar com melhores condições para sua empreitada. Em 1880 tem-se a consolidação do Estado Nacional, quando o governo passou a ter mais poder e formou seu Exército Nacional (após a guerra do Paraguai e preocupações fronteiriças com o Chile). Roca pode se utilizar, portanto, de tropas profissionais, melhor armadas e financiadas. Outro ponto fundamental foram os melhoramentos dos transportes e da logística de guerra. As ferrovias, pelo transporte mais veloz de provisões, homens e cavalos, permitiam à Roca maior mobilidade. Com a expansão ferroviária veio o telégrafo, elemento fundamental para a melhoria das comunicações durante a Campanha. Todos esses fatores permitiram a vitória sobre as populações indígenas e uma mudança da postura: de uma postura defensiva sobre uma fronteira estacionária para uma postura ofensiva, sempre avançando sobre a fronteira.

Cortes-Conde (1985) aponta que durante o período imediatamente anterior a Campanha de Roca, a rede ferroviária nacional aumentou 69%. A Ferrocarril Oeste (provincial) cresceu 16% e a Ferrocarril Sud 85% (entre 1874-77). Com a “Conquista do Deserto”, a Ferrocarril Sud tornou-se a mais importante do país em volume de carga e em montante de capital investido. Em 1880 tinha o maior comprimento: 563 km. Todo esse crescimento da malha ferroviária teve conseqüências militares: rápido despacho das tropas e melhoria nas comunicações e logística, facilitando a “pacificação” dos pampas durante a campanha contra os índios em 1879/1880.

Desse modo podemos afirmar que a vitória de Roca foi resultado e não causa do desenvolvimento econômico. A expansão econômica permitiu o fortalecimento da Autoridade Estatal e também a implantação de projetos de infra-estrutura (telégrafo e estradas de ferro). A modernização da Argentina já estava em curso quando Roca partiu para o Deserto, e foram esses fatores que determinaram o momento e o êxito de suas operações.

Com o fim da Campanha do Deserto em 1880, foram incorporados aproximadamente 30 milhões de hectares de terras, quase metade do que até então estava disponível, para atividades econômicas. Com a incorporação desses territórios à atividade econômica e a implantação das ferrovias, a medida da distância geográfica entre o local da produção e os mercados finais passou a ser os custos de transportes. Em termos econômicos, a “pacificação” dos espaços “vazios” significou a redução nos riscos e incertezas e, portanto, queda dos custos.

A grande expansão territorial pela “Conquista do Deserto” foi pré-condição para o crescimento da produção e das exportações. Concomitantemente à ocupação de novas terras, houve a integração física do sudeste do Pampa argentino e a formação de um mercado na fronteira nacional. A integração, as ferrovias, a imigração européia que começou a vir em fluxos mais vultosos, e a expansão das atividades rurais geradoras de renda levaram ao crescimento acelerado do modelo primário-exportador argentino.

Nota-se, portanto, que as ferrovias tiveram um papel maior do que simplesmente responder a uma demanda pré-existente; desempenharam papel pioneiro e crucial na incorporação de terras e na redução substancial dos custos de transporte para a produção agropecuária argentina ser exportada com sucesso para a Europa.

b.2) Política Agrária

Durante o período colonial, na América Espanhola, a concessão de terras da Coroa a terceiros era feita por três formas: “mercedes”, vendas diretas ou vendas em leilão. A “merced” era a mais usual dessas três formas, e se caracterizava pela doação condicional de terras a colonizadores, pessoas influentes ou prestadores de serviço à Coroa. Tratava-se da transferência, em nome do monarca, de “terras vagas”. Diz-se que era uma doação condicional, pois aquele que recebia as terras em questão teria a obrigação de povoá-la e trabalhá-la.

No entanto, as autoridades costumavam negligenciar as condicionalidades da concessão de terras. Como observado acima, quem recebia a terra teria que trabalhá-la, em outras palavras, havia uma “Cláusula de Cultivo”, que dava à administração colonial o direito de reaver terras incultas apropriadas. Esse direito foi sistematicamente ignorado, e assim o surgimento dos latifúndios, que vinham se formando desde o início da colonização argentina, não foi bloqueado por essa norma jurídica.

Dada as formas de apropriação territorial no período, e levando em conta principalmente a questão legal da condicionalidade, é nítido que não havia o conceito de propriedade plena, tipicamente capitalista, no setor de terras no período colonial. Não se podia afirmar que havia um “mercado de terras”.

Todavia, muitas possessões, incluindo as obtidas via “mercedes”, eram vendidas e compradas, configurando um nascente mercado de terras na região. Apesar de ilegal, as autoridades mais uma vez sistematicamente negligenciavam esse fato. Como resultado, foi se formando durante todo o período colonial uma grande confusão quanto aos Títulos de terras.

Assim, com a Independência da Argentina, no início do século XIX, extensas áreas eram ocupadas desordenadamente (por colonos, especuladores ou “aventureiros”), provocando uma desordem jurídica e insegurança quanto aos direitos de patrimônio fundiário.

O governo da recém formada Argentina estava ciente desses problemas, e sabia do potencial de crescimento territorial que o país tinha¹⁸. Em 1810, apenas uma pequena parcela do que hoje é o território argentino estava apropriado. Com a Independência o governo pretendia adotar uma política explícita de ocupação e distribuição de terras públicas.

Na década de 1820 o Estado interveio na expansão da fronteira, com o objetivo de legislar sobre as terras públicas (terras não apropriadas). Nessa época, segundo Silva (2001), mais de 50% das terras da província de Buenos Aires eram do Estado. O governo tentaria legislar sobre essas terras, na tentativa de organizar a apropriação territorial que vinha ocorrendo, sem perder suas terras e garantindo a segurança jurídica das mesmas.

Dentro desse contexto, surge no governo de Rivadavia a “Enfiteuse” das terras. Tratava-se de uma política com o objetivo de conseguir recursos fiscais com o patrimônio estatal de terras. A guerra de Independência e outros conflitos deixaram o Estado Argentino numa penúria de recursos financeiros. Assim, o patrimônio de terras públicas seria usado para captação de recursos fiscais; seria um instrumento de formação e fortalecimento do nascente Estado Nacional.

¹⁸ A idéia de “Conquista do Deserto”, configurada nas diferentes “Campanhas do Deserto” são exemplo disso. Durante todo o século XIX pode-se dizer que o país passou por um intermitente processo de expansão territorial. Marco do início desse processo é a Campanha de Rosas, datada em 1833.

Nasce assim, a noção de “terra fiscal”, entendida como a terra pública que serviria de garantia de empréstimo em diversas situações¹⁹. Em 1822 é decretada a proibição da apropriação de terras públicas e é instituído o regime de Enfiteuse de Rivadávia.

Silva (2001) explica que, “do ponto de vista conceitual, a enfiteuse, forma típica de apropriação territorial no feudalismo europeu, estava no meio termo entre o arrendamento e a propriedade plena e diferia das sesmarias porque implicavam (sempre) no pagamento de uma renda (fixa). A enfiteuse argentina diferia do tipo feudal porque neste a concessão era perpétua e efetivada entre particulares, no caso argentino a terra era uma propriedade estatal e permanecia inalienável, embora com o tempo muitas enfiteuses tenham sido vendidas e transformadas em propriedades plenas”.

As terras seriam dadas em Enfiteuse por um período de no mínimo 20 anos, com reavaliações de seu foro a cada 10 anos. O valor do foro seria uma porcentagem sobre o valor da propriedade, dependendo do uso produtivo da mesma.

Silva (2001) aponta que os principais objetivos declarados da Enfiteuse Rivadaviana eram tornar o solo disponível para o agricultor, prender o homem a terra com a agricultura ou criação de gado e tornar a terra garantia de empréstimos. Observam-se nas idéias gerais da política da Enfiteuse, o objetivo de “povoar e civilizar” os espaços vazios, além de angariar os recursos que o país precisava. A Enfiteuse se inicia em 1822 na província de Buenos Aires, e em 1826 já é válida em todo o país. Mesmo assim, houve diversas resistências regionais para a adoção desse regime, pois com esse regime as províncias não poderiam mais decidir o destino de terras sob sua jurisdição.

O que ocorreu foi que, com a Enfiteuse, na prática todo o regime agrário do país ficou subordinado às necessidades fiscais do Estado, essencialmente de curto-prazo, e as preocupações com povoamento e suas implicações sociais foram esquecidas. A Enfiteuse, que deveria ser um meio termo entre o arrendamento e a propriedade plena da terra, na prática configurou-se numa nova forma de doação de terras, e não um meio de controle da propriedade da terra.

Desse modo, além das resistências de forças políticas regionais centrífugas, houve muitas críticas ao sistema por parte dos que queriam já formar um verdadeiro mercado de terras, nos moldes capitalistas, com direito à propriedade plena da terra.

Com a queda de Rivadávia, o sistema enfiteutico vai sendo desvirtuado aos poucos. Ocorre a diminuição do valor do foro a ser pago ao Governo Central, resultado da

¹⁹ Um exemplo desse uso foi o empréstimo que o governo argentino conseguiu com o banco britânico Baring Brothers, tendo as terras públicas como garantia.

pressão dos senhores rurais locais. Com a queda das receitas do foro, o governo se vê na necessidade de buscar novas fontes de receitas, e passa a vender grandes extensões de terra, além de também ceder grandes extensões em troca de apoio político ou em pagamento a serviços prestados. O sistema enfiteutico, assim, perde seu caráter de política agrária, de tentativa de legislar sobre as terras. O caso da Campanha do Deserto de Rosas (1833) é exemplar dessa situação. Até meados dos anos 1840 a Argentina passa por um período de incorporação de novas terras, e a distribuição destas ocorre principalmente sob o critério do favorecimento político.

Houve algumas tentativas de imigração por núcleos de colonos de agricultores tentando formar pequenas propriedades, mas foram poucas, e fracassaram na maioria das vezes. Como resultado, até 1850 as terras públicas na Argentina serviram à formação da grande propriedade rural.

A partir dos anos 1850/1860, há um novo dinamismo no mercado internacional, e a Argentina passa a participar cada vez mais nos fluxos de exportações de produtos primários: couros, lã e depois cereais, essencialmente milho e trigo, como visto em seções anteriores. Para tornar o aumento das exportações possível, era preciso incorporar mais terras à atividade econômica.

Durante os anos 1850 parte da burocracia pública argentina tinha o entendimento que o Estado deveria legislar sobre suas terras, visando o povoamento e a formação da propriedade privada. A terra, portanto, não deveria ser um mero “negócio fiscal”, com o objetivo único de angariar recursos públicos. Avellaneda, que viria a ser presidente anos depois, era um expoente desse pensamento, e já demonstrava sua preocupação com a imigração, colonização formação de uma agricultura baseada na pequena propriedade, criticando o caráter fiscal da política de terras de até então.

Também foram feitas algumas leis na tentativa de atração de imigrantes, mas o resultado foi limitado, pois estes não tinham condições de adquirir terras. Dado o modelo econômico que estava sendo gestado na Argentina, primário exportador, e com a concentração fundiária até o momento, eram necessários “peões” para trabalharem na criação de rebanhos, e não de colonos para povoarem o país e produzir para o mercado interno.

Entre 1852/1857 o preço da terra duplicou, desestimulando a vinda do imigrante. Nos EUA, ao contrario, o preço da terra permaneceu constante, como parte de uma política de atração de colonos para a formação da pequena propriedade de agricultores. O aumento de preços da terra na Argentina em boa parte foi reflexo do processo de

especulação fundiária que foi acentuado no país. Calcula-se que entre 1860/1865 o preço da terra duplicou na província de Buenos Aires, e multiplicou-se por 50 na área em torno da capital entre o período 1850/1870. O processo especulativo espalhou-se à medida que a expansão territorial da Argentina avançava. Assim, nas províncias de Santa Fe, Córdoba, Entre Ríos e La Pampa processo semelhante se verificou.

Em 1876 é aprovada a Lei Avellaneda, que trazia uma nova concepção oficial sobre as terras nacionais. O foco deveria ser o povoamento, oferecendo condições à terra para o agricultor, com o objetivo de facilitar a colonização.

As terras públicas foram divididas em setores de 40 000 hectares cada. Os setores foram divididos em lotes de 100 hectares, totalizando 400 lotes. 100 lotes de cada setor seriam distribuídos gratuitamente aos imigrantes, e outros vendidos (no máximo de 4 lotes por pessoa²⁰) a preços baixos, parcelados em 10 anos. Como se pode notar, era uma política que dispunha de uma série de meios legais, não ficando somente no plano das intenções, para facilitar a vinda do imigrante e a aquisição de terras por parte desse.

Ainda, foi criada a Oficina de Terras e Colônias (vinculada ao Ministério do Interior). Esse órgão acabou sendo marcado pela corrupção, aceitando subornos para transferir enormes extensões de terras do domínio público a proprietários influentes.

Também havia cláusulas que permitiam a cessão de grandes extensões de terras à companhias de colonização privadas, que podiam escolher, subdividir e colonizar terras por conta própria. Dentro desse aparato jurídico, muitos especuladores aproveitaram-se para agir. Silva (2001) aponta que, em 25 anos, apenas 14 (de um total de 225) companhias de colonização cumpriram as exigências da lei.

Nesse período o governo tentou novamente fundar colônias de povoamento, vendendo terras aos estrangeiros, mas as tentativas foram limitadas. Muitas das “colônias oficiais” eram na verdade iniciativas de particulares sob o controle governamental. Havia também tentativas de colônias particulares sob o regime de arrendamento subsidiado da terra, e não a sua propriedade plena. Nesse caso o intermediário (comerciante de terras) era uma figura central no processo, e muitas vezes obtinha vultosos lucros. O padrão de apropriação de terras públicas por agentes privados continuou, e em 1880 as terras públicas da província de Buenos Aires já eram escassas.

²⁰ Com o objetivo de conseguir mais lotes que o permitido pela lei, muitos especuladores contavam com agentes que adquiriam lotes de forma independente e depois os repassavam aos especuladores em questão.

Com a “Campanha de Roca” e a conquista definitiva do “deserto”, a partir dos anos 1880, uma nova extensa área de terras foi incorporada ao território argentino, como visto anteriormente. Mesmo com a Lei Avellaneda, a distribuição dessas terras seguiu majoritariamente a forma tradicional: venda ou doação a proprietários já estabelecidos, em especial aos da elite de Buenos Aires. Os especuladores também tiveram ganhos nessa ocasião, seja aproveitando as brechas da lei Avellaneda, seja por sua influência política.

A Campanha de Roca foi financiada via emissão de bônus resgatáveis em terras públicas, num prazo de 5 anos. As terras públicas, portanto, eram a garantia. Os portadores desses bônus tinham o direito de escolher os lotes em leilão público. Havia um limite por comprador de 40 000 hectares, porém essa cláusula foi burlada, mediante o uso de agentes ou nomes fictícios para se conseguir áreas maiores de terras.

O período 1882- 1889 acabou sendo marcado pela apropriação por parte dos grupos comerciais de Buenos Aires, investidores estrangeiros e especuladores sobre as terras recém conquistadas dos Pampas, Patagônia, Misiones, Chaco.

Dentro desse período uma lei importante foi aprovada em 1887: os proprietários poderiam obter créditos de bancos oficiais (Banco Hipotecário da Argentina) desde que subdividissem e colonizassem uma parte das terras. Como resultado dessa lei, houve aumento do crédito, porém não havia fiscalização do cumprimento da contra-partida. Mais, os empréstimos eram feitos em forma de cédulas (títulos), que passaram a ser negociadas no mercado. Esse mecanismo acabou beneficiando tanto a concentração quanto a especulação fundiárias. Os proprietários conseguiam mais crédito, podiam adquirir mais terras com esses recursos, mas não necessariamente promoviam a colonização, dado que não havia uma fiscalização eficiente.

Em 1903 finalmente é aprovada uma Legislação territorial ampla e eficaz, que classificava as terras fiscais e estipulava sua venda ou arrendamento. No entanto, a legislação foi aprovada quando todo o Pampa já estava em mãos privadas, sendo na maioria das vezes usada para a especulação, manutenção do prestígio social de certos grupos ou produção agropecuária para exportação, mas não com o objetivo de formar pequenas propriedades para agricultores, como no modelo dos EUA.

A partir dos anos 1890, com o *boom* de exportações de cereais, houve um aumento significativo da demanda por mão de obra pelos produtores rurais, e notou-se um fluxo de trabalhadores das cidades para o campo. Esse fluxo, no entanto, foi para trabalhar nas fazendas como peões, e não para firmarem-se como pequenos produtores agrícolas, uma

vez que as terras foram praticamente todas apropriadas durante os anos 1880, no período imediato pós- Campanha de Roca. Percebe-se que durante o período de maior crescimento territorial e das exportações argentinas, o acesso às terras permaneceu bloqueado à maior parte da população.

Com a apropriação quase que total das terras, e sendo esta o fator fundamental de produção dentro do modelo primário exportador argentino, seu monopólio levou a um aumento de seu preço. Como resultado, observou-se no início do século XX uma certa subdivisão das terras, via arrendamento à agricultores. O grande número de arrendatários surgidos na Argentina é uma especificidade do país, e ocorreu não por um dinamismo no mercado de terras, mas sim devido ao seu monopólio e aumento do preço. Silva (2001) aponta ainda na explicação da grande importância do arrendamento, a herança da política de terras tradicional, do início do século XIX.

Quando a demanda por cereais cresceu estrondosamente no mercado internacional, os proprietários rurais - notadamente instalados nas áreas de criação de bovinos e ovinos - viram a atividade agrícola como complementar e subsidiária à criação do gado. Desse modo, o arrendamento à outros produtores, no setor agrícola, passa a ser interessante, ainda mais levando-se em consideração a escalada do preço da terra no período.

Beyhaut, Cortés-Conde, Gorostegui & Torrado (1965) afirmam que o latifundiário argentino não via a agricultura como um bom negócio, pois requeria mais mão de obra e técnicas mais avançadas de produção. Ainda, mesmo via arrendamento, era necessária alguma vigilância. Já com a produção pecuária, havia menor necessidade de mão de obra e baixa vigilância era requerida. O proprietário poderia até mesmo viver na cidade. Tratava-se da forma ideal de latifúndio na Argentina.

O arrendatário certamente estava em situação social melhor que um “meeiro” ou um peão, pois estes tinham contratos mal regulados, mas certamente não se transformaria em proprietário, dado o alto preço das terras. Sem embargo, de modo geral o acesso a terra permaneceu restrito à uma pequena parcela da população.

Como se desprende dessa análise, houve algumas tentativas (fracassadas) de mudar-se o modelo de apropriação das terras públicas na Argentina, marcado pela concentração fundiária e especulação. O Estado Nacional, ao contrário de casos como os EUA e Canadá, foi impotente no direcionamento da apropriação de terras, e não conseguiu levar adiante um programa coordenado de assentamento de terras.

Um dos motivos, além do poder político dos proprietários e dos regionalismos, foi o “sucesso” desse modelo. Durante o final do século XIX e início do século XX a

Argentina inseriu-se no desenvolvimento do capitalismo mundial exportando matérias primas e principalmente alimentos que encontravam demanda crescente no centro do sistema. Isso garantiu um crescimento econômico sem precedentes de sua economia no período. Pode-se creditar esse “sucesso” justamente a exploração da terra na forma do latifúndio produtor de produtos primários, garantindo elevados fluxos de renda para os grupos exportadores e para os segmentos que participavam dessa cadeia produtiva. Os capitais comercial e financeiro, em especial, tiveram participação importante na implantação do modelo primário-exportador e, portanto, eram altamente vinculados (e até certo ponto dependentes) com o padrão de apropriação da propriedade da terra (seja para a produção ou especulação) e recebiam parcela importante da renda gerada pelas exportações.

b.3) A Solução Adotada

Com a expansão territorial e a apropriação de terras pelos produtores agropecuários, além da construção de ampla malha ferroviária, os principais entraves para o grande crescimento das exportações argentinas foram superados. Não por coincidência é a partir dos anos 1890 que observa-se o grande *boom* exportador do país. Esse período foi marcado por relações sociais de produção tipicamente capitalistas, ou seja, trabalho assalariado.

A generalização do trabalho livre assalariado só foi possível com a entrada massiva de imigrantes europeus. A imigração européia, embora prevista na Constituição argentina de 1853, apresentou fluxos baixos até 1880. Até essa data, o Estado tentava atuar na promoção de “colônias oficiais”, nos moldes do povoamento do meio-oeste americano. Cortés - Conde (1985) afirma que houve tentativa de colônias de povoamento principalmente em Santa Fé, depois em Entre Ríos e Córdoba. Em 1895, segundo o Censo Nacional, chegou-se a 700 colônias de povoamento. No entanto, enquanto política de Estado de povoamento e colonização agrícola, é nítido que as tentativas estatais fracassaram.

Apenas a partir da década de 1880 os fluxos tornam-se maiores, e o ponto máximo ocorre no início do século XX, antes da 1ª Guerra Mundial. A imigração massiva de europeus só ocorreu quando o país precisava de mão de obra em grande quantidade para trabalhar nas fazendas produtoras de bens com alta demanda internacional. Da mesma forma que no caso brasileiro, em que o auge dos fluxos imigratórios

correspondeu ao período de expansão da lavoura cafeeira, no caso argentino as maiores entradas de imigrantes correspondem ao período de expansão da produção cerealífera e pecuária. Uma importante diferença é que no caso argentino a emigração subsidiada pelo Estado foi uma exceção, limitando-se ao triênio 1887-1889. O principal país de origem dos imigrantes foi a Itália, seguido pela Espanha.

Durante o período de auge dos fluxos imigratórios, basicamente entre 1880 e 1914, Beyhaut, Cortés-Conde, Gorostegui & Torrado (1965) observam que a maioria deles tinha registrada uma profissão anteriormente. Considerando o grande período de imigração, entre 1857 e 1924, o setor primário (agricultores) contou com 45% dos imigrantes que chegaram ao país.

No entanto, quando observamos os dados para até 1870, quando é lícito dizer que as tentativas de colonização (povoamento) pelo Estado estão praticamente encerradas, o setor primário corresponde a 71% do total. A partir de 1890, essa percentagem cai, até seu ponto mínimo, de aproximadamente 23%, em 1911-1920. Essa diferença é certamente explicada pelo fato que até os anos 1870, quando a Argentina ainda não passava pela grande expansão do complexo exportador agro-pecuário, os imigrantes que chegavam ao país iam praticamente quase todos para as zonas rurais, pelas tentativas oficiais do estado de promover uma colonização de povoamento. Como visto anteriormente, essas tentativas foram limitadas e fracassaram.

Com o *boom* exportador nos anos 1880 e principalmente nos 1890, os imigrantes são trazidos massivamente para trabalharem nos campos. Todavia, como já pontuado, o acesso a terra era fechado, de forma que muitos dos estrangeiros que chegavam à Argentina acabavam por ficarem nas cidades, dado o processo de urbanização que atravessava o país. Concomitantemente com a queda da participação dos agricultores dentre os imigrantes, Beyhaut, Cortés-Conde, Gorostegui & Torrado (1965) observam um aumento da participação dos “jornaleros”²¹: basicamente peões, trabalhadores sem qualificação (agrícolas ou não). As maiores taxas dessa rubrica foram observadas quando o acesso a terra estava completamente fechado para o imigrante sem recursos. É também a partir de 1890 que aumenta a fatia das profissões não-agrícolas no país, em consonância com o processo de urbanização.

Os imigrantes vinham de regiões pobres da Europa, e muitos deles pertenciam ao setor agrícola. Germani (1962) atesta que 75% dos imigrantes que chegaram à

²¹ A expressão deriva da palavra “jornal”, que significa o salário ganho por cada dia de trabalho pelo trabalhador.

Argentina se auto-declaravam agricultores. Apesar da origem rural, a maioria foi para as cidades e quase metade para a zona metropolitana de Buenos Aires. Ou seja, houve uma mudança ocupacional para muitos, concomitante com a relação campo-cidade. Durante o período, a Argentina passava por um processo de urbanização - bem mais recente e acelerado que no caso brasileiro - com especial concentração urbana em Buenos Aires.

O *boom* exportador de cereais e a produção pecuária trouxeram muitos trabalhadores para o campo, mas com o início da industrialização e o processo de urbanização muitos dos estrangeiros que chegavam ao porto de Buenos Aires decidiam instalar-se na própria cidade. A construção de obras públicas e o crescimento das atividades da nascente indústria argentina e do comércio também atraíam mão de obra.

Um dos motivos da instalação de imigrantes no meio rural não ter sido tão expressiva foi a questão da apropriação de terras no período, como discutido no item anterior. O imigrante foi elemento central na expansão agro-pecuária do final do século XIX - início do século XX, porém nunca como proprietário. A partir de 1880 a imigração européia era resultado meramente da busca de mão de obra abundante para a produção em grande escala de produtos agrícolas e pecuários, sem preocupação com o povoamento e a questão da terra-doação a imigrantes. A incorporação de mão de obra rural da imigração européia seguiu o modelo pré-existente da distribuição da terra: dificultou e/ou bloqueou a realização de um dos principais objetivos da imigração em massa prevista na Constituição: a radicação do imigrante europeu em áreas rurais antes “não civilizadas”. Além do mais, a criação de gado, mesmo que perdendo importância relativa para a produção cerealífera, ainda tinha peso destacado na economia Argentina, e era caracterizada por uma baixa demanda por mão de obra.

Dessa forma, o trabalhador estrangeiro recém-chegado ao meio rural argentino se converte no peão assalariado ou no arrendatário, ou foge do campo rumo aos centros urbanos e comerciais. Não se cria uma “classe média rural”, nos moldes do ocorrido nos EUA e Canadá, mas sim uma urbanização e proletarização, bem mais recente em relação ao Brasil. Ferrer (2006) aponta que do total de imigrantes que se dirigiram aos pampas no período 1857-1914, apenas 25% ficaram nas zonas rurais.

O imigrante não pode virar proprietário, dificultando a radicação e permanência deste na terra. Os planos de colonização oficiais, promovidos pelo Estado, foram tímidos, e após 1880 praticamente inexistiam. Como coloca Germani (1962), a “colonização foi feita pelas companhias privadas ou indivíduos, com fins meramente

lucrativos ou especulativos”. Os preços de terras não eram acessíveis e não houve crédito a longo prazo para a compra.

Como visto anteriormente, disseminou-se na Argentina o arrendamento, principalmente no que toca a produção de cereais. Ao arrendatário cabia pagar ao proprietário rural uma renda pelo uso da terra. Dessa forma, ele não possuía a propriedade plena da terra, mas encontrava-se em posição melhor que o peão ou jornalero. Essa era a última etapa da ascensão social que podia alcançar a população rural, pois raramente transformava-se em proprietária de terras. Desse modo, pode-se dizer que a política agrária condicionou o não-povoamento das áreas rurais “desérticas”, apenas proporcionou abundante mão de obra urbana e o peão assalariado no meio rural.

Resultado de todo esse processo e do caráter sazonal do trabalho requerido na produção cerealífera (concentração da demanda por mão de obra nos períodos de colheita), foram as chamadas imigrações *golondrinas*. Tratava-se de fluxos sazonais de migrantes, que vinham da Europa rumo aos pampas argentinos para trabalharem apenas na época de colheita da produção. O imigrante europeu ficava no país por um curto período de tempo, mas auferia grandes rendimentos monetários. Após o fim da colheita, retornava ao seu país de origem. O grande número de *golondrinas* revela que no auge do modelo primário-exportador os salários podiam ser muito altos na colheita da produção cerealífera, porém as condições de vida na Argentina não eram tão positivas. O trabalhador *golondrina* não pensava em radicar-se no país. Sem a possibilidade de tornar-se proprietário rural, as condições de vida não eram atraentes mesmo para o imigrante de regiões pobres da Europa. Era melhor deixar sua família em seu país de origem e retornar pouco depois com os rendimentos auferidos na época da colheita.

Os setores de atividade que marcaram a incorporação definitiva da mão de obra estrangeira na Argentina foram o comércio interno e externo, burocracia estatal, obras públicas (ferrovias, construção civil), e indústria.

Assim, a maior absorção da massa de imigrantes ocorreu no setor secundário e terciário (indústria e comércio), como proprietários ou assalariados. Esse processo reflete parte dos novos estratos sociais que estavam surgindo, com a classe média em expansão e novo proletariado urbano industrial. Ao final do período 1870 – 1914, segundo Germani (1962), os trabalhadores urbanos tinham maior peso que os trabalhadores rurais dentro da sociedade argentina.

Beyhaut, Cortés-Conde, Gorostegui & Torrado (1965) fazem uma análise do tipo de mão de obra que a economia argentina demandava no período. A maior demanda por

mão de obra foi a do tipo não qualificada: expansão das plantações de cereais, construção de vias férreas, obras públicas, urbanização, proletarização. Os trabalhadores especializados/técnicos tiveram uma demanda limitada, pois não houve um processo de industrialização mais profundo. A nascente indústria argentina se resumia a setores da indústria leve (vestuário por exemplo) ou a setores em conexão com o modelo agropecuário exportador (caso da indústria frigorífica).

c) Os Efeitos da Solução Adotada sob a Ótica do Mercado Interno

O impacto demográfico da massiva imigração europeia de entre os fins do século XIX e início do século XX não foi desprezível. Como a Argentina era parcamente povoada, a relação entre estrangeiros e população nativa foi muito alta. Germani (1962) aponta que essa proporção foi maior mesmo que nos EUA, maior receptor do fluxo de imigrantes no período.

Os imigrantes acabaram por se concentrarem regionalmente. Germani (1962) aponta que eles chegaram a corresponder a mais de 40% da população total da região metropolitana de Buenos Aires. Também as províncias de Córdoba, Entre Rios, Mendoza, Santa Fe, La Pampa, além da própria província de Buenos Aires foram os destinos preferidos dos imigrantes. Ferrer (2006) afirma que no período 1857-1914 90% dos imigrantes radicaram-se na região dos pampas. Isso agravou ainda mais a situação da razão entre estrangeiros e população nativa. Não obstante o fato dessa última ser reduzida, estava de certa forma espalhada pelo vasto território argentino. Já os imigrantes concentraram-se regionalmente, tornando a proporção entre estrangeiros e população nativa muito alta em algumas regiões, como no caso da cidade de Buenos Aires.

Como resultado das mudanças demográficas e crescimento econômico que o país passava, entre 1895-1914 (datas dos 2º e 3º Censos Nacionais) houve importante queda da participação do setor primário e aumento dos setores secundário e terciário (com presença majoritariamente de estrangeiros) na economia argentina. Ainda, é notável o aumento do emprego público, a burocratização e definitiva estruturação do Estado Nacional.

O grande crescimento argentino entre os fins do século XIX e início do século XX, porém, não foi acompanhado de transformações significativas nas estruturas econômicas e sociais do país. O modelo de crescimento argentino foi pautado apenas na

incorporação de mão de obra e trabalhadores especializados para as atividades que eram dotadas de alta demanda internacional. O padrão de ocupação da terra foi mantido, em prol dos latifundiários, e o processo de industrialização limitou-se a atividades como a indústria frigorífica e têxtil.

Ainda, com a modernização agrícola, houve eliminação de “agregados” das estâncias (fazendas) e dos “gaúchos” (que Beyhaut, Cortés-Conde, Gorostegui & Torrado (1965) enquadraram como formas de desocupação encobertas do setor primário) que vão para o setor terciário nas cidades.

Assim, sobram o meio urbano e atividades comerciais para o imigrante que chegava da Europa. O alto dinamismo da economia argentina à época garantiu mobilidade ocupacional, horizontal e vertical, principalmente no meio urbano, no entanto limitada às categorias de menor importância e prestígio social. Vale frisar que a Argentina passou por um processo de urbanização precoce em relação ao Brasil. Em 1869, data do primeiro censo nacional, a população rural respondia por 72% da população total, ao passo que em 1914, data do terceiro censo nacional, 53% da população estava vivendo nos meios urbanos²².

Essas possibilidades de ascensão social garantiram o surgimento da classe média urbana, composta em boa parte por imigrantes europeus e seus descendentes diretos, nascidos em solo argentino, que num futuro próximo seriam responsáveis por tensões sociais, na busca por posições de prestígio e maior participação nas esferas de poder.

A Constituição de 1853 garantia ao estrangeiro todos os direitos civis, exceto o de votar e ser votado. Por um lado foi um atrativo aos imigrantes, mas por outro, uma vez instalado na Argentina, o imigrante não via a necessidade de nacionalizar-se e afastava-se da vida política. Isso gerou um problema para o funcionamento real da democracia, almejada na Constituição. O quadro só muda com a emergência das classes média e populares, proletariado, e filhos dos imigrantes, que passam almejar maior participação política.

A modernização não acompanhada de mudanças nas bases da estrutura tradicional garantiu que as classes mais altas – notadamente a oligarquia proprietária de terras - preservassem suas fontes de poder e riqueza ao longo desse processo.

²² Segundo Bulmer-Thomas (2003), Buenos Aires foi a primeira cidade da América Latina a superar a marca de 1 milhão de habitantes, e em 1914 já possuía uma população de aproximadamente 1,5 milhão. Nessa data a maior cidade brasileira era o Rio de Janeiro, com 870 mil habitantes, e São Paulo, em 1920, possuía aproximadamente 580 mil habitantes.

Desse modo, Germani (1962) conclui sua análise sobre a imigração em seu país afirmando haver duas contradições ao longo desse processo: era desejado povoar o deserto, mas sem alteração da estrutura agrária; era desejado trazer os imigrantes europeus à Argentina, mas sem compartilhar o poder.

c.1) Inserção do País na Divisão Internacional do Trabalho

A Argentina atravessou um crescimento econômico vigoroso entre os fins do século XIX e início do século XX, certamente superior ao do Brasil. Isso foi possível graças a inserção do país nos fluxos de comércio internacional da época. A demanda mundial por produtos agrícolas de clima temperado e por produtos pecuários encontravam-se em franca expansão.

A região dos pampas, com suas características físicas extremamente aptas à produção pecuária e agrícola de zona temperada, transformou-se em um dos principais centros de atração do fluxo migratório europeu, do movimento internacional de capitais e de produção de excedentes exportáveis para o consumo mundial. Nas palavras de Ferrer (2006), houve a “inserção do país em lugar destacado na economia mundial, tanto pelo volume de seu comércio exterior quanto pela magnitude dos capitais estrangeiros nele investidos”.

Ferrer (2006) aponta que a imigração líquida para a Argentina entre 1857 e 1914 foi de 3,3 milhões de pessoas, e os capitais estrangeiros investidos representavam 8,5% dos investimentos externos dos países exportadores de capital em todo mundo, ou ainda 33% do total da América Latina e 42% do capital britânico na região. Em 1889, absorveu entre 40% a 50% dos investimentos totais da Inglaterra.

O território argentino, que antes de meados do século XIX não conseguiu vincular-se significativamente com o comércio externo, converteu-se ao final do século XIX numa economia em vigoroso crescimento integrada no mercado mundial.

Desse modo, toda a estrutura sócio-econômica argentina foi configurada para a produção de grandes excedentes exportáveis de produtos como o milho, trigo, carnes bovinas e lã. Esses produtos chegaram a representar a maior parte do total mundial exportado, ou pelo menos ocupar posição preponderante. A estrutura agrária, os investimentos em infra-estrutura, a política de imigração adotada, foram todas tomadas em consonância com essa específica inserção da Argentina no sistema capitalista da época.

A elevada produção por trabalhador no setor rural e a concentração fundiária serviram ao aproveitamento extensivo da terra e a dotação de capital por homem ocupado no setor. Com um produto por homem na agricultura elevado, era possível gerar elevada proporção de excedentes exportáveis empregando na produção agropecuária parcela reduzida de sua população.

Com uma composição diversificada da demanda, mas com uma estrutura produtiva que diferia substancialmente da composição da demanda interna, as importações tiveram que satisfazer as necessidades do país em uma proporção elevada. A indústria nacional atendia somente uma parte da demanda interna, pois o desenvolvimento industrial ficou limitado a atividades de menor densidade tecnológica (metalurgia leve, alimentação, frigoríficas, têxtil, artigos de consumo básicos). Dessa forma, configura-se o padrão de inserção argentino na economia mundial: exportação de produtos primários e importação de bens manufaturados de maior densidade tecnológica.

c.2) Características da Distribuição de Renda entre Salários e Lucros

Os principais determinantes da distribuição de renda no período, segundo Ferrer (2006), foram a concentração da terra e a presença do capital estrangeiro no país.

Sem o acesso a terra, ao imigrante que ia para as zonas rurais coube basicamente duas opções: trabalhar como (peão) assalariado ou arrendatário na produção agropecuária. Isso diminuiu o nível das remunerações que os trabalhadores poderiam obter nas ocupações agrícolas, e também concentrava os lucros em um pequeno número de pessoas, notadamente os proprietários rurais. O autor estima que no período da economia primário-exportadora 70% da renda bruta do setor agropecuário estava concentrada em não mais que 5% da população ativa ocupada no setor (em termos nacionais, aproximadamente 2% da população recebia 20% da renda bruta do país). Nas áreas agrícolas, “fixou um nível baixo de remunerações alternativas às atividades rurais devido à falta de acesso à terra”.

A concentração da propriedade fundiária também teve impactos no meio urbano: aumentou a oferta de mão de obra disponível nas cidades, gerando uma queda nos salários no meio urbano. A pressão da oferta de mão de obra nas cidades era tamanha que provocava desemprego da força de trabalho, mesmo em tempos de prosperidade. Segundo Ferrer (2006), em 1913, mesmo com um nível alto de exportações, chegou-se

a mais de 5% de desemprego. O acesso ao mercado de trabalho era irregular e temporário em muitas das vezes.

Segundo coloca Ferreras (2001), o excesso de trabalhadores na cidade também era função da falta de previsibilidade e estabilidade por parte dos trabalhadores rurais e pela mecanização crescente nas tarefas rurais. As crises cíclicas a que um país com inserção periférica como a Argentina estava submetida pioravam a situação do desemprego. Altos níveis de ingresso de imigrantes, em paralelo com menores taxas de crescimento nos setores que tinham puxado o crescimento argentino e a absorção de mão de obra (produção dos bens primários, estradas de ferro, construção civil), agravavam ainda mais a situação do acesso e permanência ao mercado de trabalho.

Quanto à questão do nível salarial, Ferreras (2001) afirma em relação aos anos 1880: “a recuperação dessa década deixou os salários até três vezes maiores que na Itália e Espanha, embora a diferença não fosse tão grande com respeito aos salários da França e da Alemanha”. No entanto, o autor afirma que os salários “não melhoraram muito entre 1890 e 1912. Depois de 1890, os salários teriam caído, melhorando nos anos 1893 e 1894, para ter uma nova queda em 1900. A recomposição chegaria com a expansão do início do século, continuando até a crise de 1911-1912, para entrar na depressão provocada pela Grande Guerra. O aumento dos alugueis, unido à valorização dos produtos de importação, teriam consumido os ganhos dos trabalhadores”. Sobre esse tema, Bulmer-Thomas (2003) afirma que o mercado de trabalho argentino funcionou relativamente bem. O autor afirma: “*labor shortages never seriously interfered with the expansion of exports, and there is some evidence of rising real wages even in rural areas before 1914*”.

Os salários não podiam continuar a crescer, devido à estrutura da propriedade da terra, que não permitia que os trabalhadores pudessem ser proprietários, aplicando ao inverso a teoria americana da “válvula de escape”. Nas palavras de Ferreras: “Na Argentina, sem o acesso a terra, os trabalhadores ficavam na cidade e não se tornavam proprietários, como nos EUA. Dessa forma, produzia-se uma concentração excessiva de trabalhadores nas cidades que levava a queda dos salários, pela formação de um grande exército de reserva”.

A “válvula de escape” poderia ter funcionado na Argentina pela grande incorporação de terras que houve para aumentar a produção agro-pecuária, dado que eram requeridas sempre mais mão de obra, absorvendo grande parte dos trabalhadores e diminuindo o excesso de oferta de trabalho nas cidades. No entanto, essa incorporação

era precária e limitada, devido às características da produção agro-pecuária e ao padrão de apropriação fundiária. A grande quantidade de trabalhadores sazonais ou *golondrinas* são reflexo disso. A incorporação de mão de obra rural estagnou-se com o fim da expansão territorial argentina e incorporação das terras à produção, na primeira década do século XX, e foi caindo com a incorporação de novas técnicas de cultivo e com a mecanização do setor rural.

O capital estrangeiro radicado no país gerava lucros e juros que absorviam parte da renda nacional, remetida ao exterior. Esses serviços chegavam a representar, segundo Ferrer (2006), de 30% a 50% do valor das exportações em alguns anos. Ainda, boa parte desse capital estrangeiro radicado no país estava investido em títulos públicos do governo, e assim o pagamento do serviço da dívida pública representava uma importante parcela das receitas fiscais argentinas. Dessa forma, parcela significativa da renda gerada pelo complexo primário exportador argentino era remetida ao exterior.

Esses dois fatores básicos de concentração de renda eram potencializados pelas constantes desvalorizações cambiais, debilidade das organizações dos trabalhadores (urbanos e rurais) e pela política fiscal.

Constantes desvalorizações do papel-moeda aumentavam os rendimentos do setor exportador, lhes garantindo mais pesos (moeda nacional) ao ritmo da desvalorização cambial. Os salários rurais cresciam em menor proporção do que a depreciação e que os preços dos produtos exportáveis. Portanto, o mecanismo de desvalorização cambial atuava de forma semelhante ao Brasil, aumentando as margens de lucro dos produtores agropecuários e diminuindo a participação dos trabalhadores agrícolas na renda nacional.

No meio urbano, dado o maior grau de mercantilização/monetização das relações de troca, o impacto da desvalorização era ainda maior. A população rural consumia diretamente parte de sua própria produção, comprando poucos produtos no mercado (importados ou não). A população urbana, por sua vez, dependia das áreas rurais para a compra de seus alimentos e também das importações para praticamente todo o resto. Desprende-se da análise que a queda dos salários reais era mais acentuada no meio urbano que no meio rural.

Nos períodos de valorização cambial (embora bem menos frequentes), o setor agropecuário e empresários urbanos se defendiam da queda do nível de preços diminuindo os salários monetários dos trabalhadores, colocando todo o peso do ajuste no fator trabalho. Mas, segundo Ferrer (2006), a defesa mais rápida e eficaz era

estabilizar o peso em termos de ouro e assim deter sua apreciação. Desse modo, o restabelecimento da conversibilidade com o ouro teve esse objetivo primordial, interrompendo os processos de valorização do peso (exemplos são os anos de 1866, 1899 e 1927 – entre 1860 e 1930 o peso permaneceu inconvertível em ouro por mais de 40 anos).

O que explica a debilidade das organizações sindicais durante esse período da economia primário exportadora foi o pequeno desenvolvimento industrial, e no caso do meio rural, dificuldades de organização de grupos sociais dispersos no espaço e de pouca concentração em núcleos de alta densidade populacional.

Por fim, quanto à política fiscal, a estrutura das receitas agravava o padrão vigente da distribuição da renda. Ferrer (2006) aponta que durante esse período os impostos indiretos, que recaíam fundamentalmente sobre a grande massa consumidora, representavam entre 70% e 80% das receitas fiscais argentinas. A tributação sobre as importações e sobre os artigos de consumo tinham particular peso dentro das receitas fiscais argentinas. Como a massa consumidora dependia muita das importações para prover sua reprodução material, a estrutura tributária argentina era caracterizada pela regressividade, piorando a questão da distribuição de renda entre salários e lucros. Quanto à estrutura de gastos, a educação e saúde pública tiveram certo destaque, beneficiando as camadas populares, mas insuficientemente para compensar o caráter regressivo do sistema tributário.

IV) Conclusões

Com base nos capítulos II e III, podemos fazer uma série de comparações entre Brasil e Argentina, no que toca à transição rumo ao assalariamento e a formação do mercado interno de cada país. Os capítulos seguiram basicamente uma mesma estrutura, facilitando uma comparação entre os dois países.

O ponto inicial da análise desta monografia é deflagração da chamada crise do trabalho compulsório em ambos os países. No caso brasileiro, essa crise foi muito mais nítida, e teve como marco a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que foi responsável pelo fim do tráfico negreiro. A mão de obra utilizada no Brasil era predominantemente escrava-africana, o que fez com que a Lei prenunciasse o fim do trabalho compulsório no país. De 1850 a 1888, quando se tem a Abolição definitiva da escravidão, muitas tentativas de introdução de trabalho assalariado foram feitas, porém sem que obtivessem sucesso. A solução definitiva para o problema foi a imigração europeia, que só começa a vir em grande quantidade para o Brasil nos anos 1880, e que é amplificada com o fim da escravidão. Como mostrado no capítulo II, o centro da análise da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil é o complexo cafeeiro do oeste paulista.

O café era o principal produto da pauta de exportação brasileira no período, e contava com alta demanda internacional. Em vistas a aumentar sua produção e nível de excedente, os cafeicultores do oeste paulista foram os primeiros a tentar o trabalho livre, ao passo que setores mais atrasados e menos produtivos insistiam no trabalho escravo. Para essa transição ser possível, antes foram necessários melhoramentos no processo produtivo do café, com maior mecanização e racionalização da produção e fundamentalmente a construção de ferrovias ligando as principais fazendas cafeeiras aos portos de exportação. Desse modo, foi possível ao cafeicultor aumentar a produtividade e desempatar seu capital imobilizado na forma de escravos. Podendo contar com métodos mais rápidos e com maior capacidade, a ferrovia reduziu de sobremaneira os custos de transporte ao cafeicultor. Ainda, sem necessitar de escravos na tarefa do transporte, conseguiu liberar-se desse capital imobilizado.

Ponto central na análise é a política agrária estabelecida no período. A Lei de Terras de 1850 foi o marco de como o Estado pretendia enfrentar a questão fundiária da época. Apesar de tentar criar um moderno mercado de terras no país, o que se observou com o passar dos anos foi a manutenção do padrão vigente pré-1850 no que toca a

apropriação das terras devolutas: formação e consolidação do latifúndio por parte do grande proprietário e do grande posseiro, com a exclusão e bloqueio do acesso à terra ao colono, trabalhador livre nacional ou o recém chegado emigrante europeu.

Esse padrão de apropriação territorial, somada ao grande influxo de imigrantes à região produtora de café, provocou a existência de uma grande massa de trabalhadores rurais no meio rural brasileiro, que não conseguia ter acesso a terra na condição de proprietários. Como alternativa, convertiam-se em trabalhadores livres rurais, recebendo baixa remuneração, nos cafezais paulistas.

No entanto, o trabalho livre resultante na economia brasileira não poderia ser considerado como uma relação tipicamente capitalista de produção. O regime de trabalho disseminado nas fazendas paulistas foi o “colonato”, que consistia num regime misto de remuneração. O trabalhador recebia apenas uma parte de sua remuneração na forma monetária, pois as outras partes da remuneração eram na forma de produtos agrícolas e direito à plantação na fazenda.

Como resultado, os graus de monetização e mercantilização da economia brasileira foram limitados. A economia brasileira da época foi marcada por um setor que era dotado de alta demanda internacional – a produção cafeeira – mas não suficiente para gerar um alto dinamismo no mercado interno. A massa salarial era pequena, pois parte considerável da remuneração do trabalho não se dava de forma monetária. Como conseqüência, o trabalhador não necessitava do mercado para garantir sua reprodução material. Isso limitou e bloqueou a formação de um mercado interno nacional.

Soma-se a isso a política agrária, que não favoreceu o surgimento de uma classe média rural, e ao processo de urbanização limitado, quando comparado com o da Argentina, pelo qual o Brasil passou. Conseqüentemente gerou-se um mercado nacional atrofiado, e altamente concentrado.

Já no caso argentino, a crise do trabalho compulsório manifestou-se de maneira bem mais distinta. Mesmo nos tempos coloniais, a região do viria a se tornar a Argentina era caracterizada pela parca utilização da mão de obra escrava africana. No entanto, o trabalho servil indígena, sob a forma da *encomienda*, foi largamente utilizado, essencialmente na região de extração de prata de Potosí. Também durante o período colonial foi se formando a produção pecuária pampeana, mas que nessa época era precária e contava com baixa necessidade de trabalhadores.

Com sua Independência, a Argentina encontrava-se numa situação em que havia perdido as minas de Potosí para outros países da América do Sul e não contava com

nenhuma atividade ligada aos fluxos de comércio internacionais em grande escala. Ainda, possuía um território potencial vasto, e a expansão de suas fronteiras seria uma constante durante o século XIX. Apesar de um imenso território a ser conquistado, o país era parcamente povoado e não tinha uma coesão nacional forte.

Assim, logo que se tornou independente, a Argentina declarou o fim do trabalho compulsório em todas as suas modalidades, sem enfrentar grandes interesses articulados em prol da escravidão ou servidão.

A questão que se colocava para os argentinos era como povoar o grande território pertencente ao país. Concomitantemente, a questão do fortalecimento do Estado Nacional mostrava urgente. Tanto a construção de ferrovias como a atração de mão de obra européia devem ser entendidas primeiramente sob este prisma, e não somente sob o enfoque econômico.

Com o desenrolar do século XIX, foi surgindo na região dos pampas argentino uma atividade produtiva que finalmente conseguia se conectar com o comércio internacional em grande escala. Tratava-se da produção agropecuária: primeiramente a criação de gado (produção de couros e carne), depois a criação de ovelhas (produção de couros e lã) e finalmente a produção cerealífera (principalmente produção de milho e trigo).

Essas atividades passaram a demandar cada vez mais trabalhadores para as zonas rurais argentinas e, desse modo, a questão da falta de mão de obra no país agravou-se ainda mais. A Argentina - que já era escassamente povoada - enfrentava uma situação em que a demanda por mão de obra era crescente e fundamental para garantir maiores níveis de produção das mercadorias que mostravam estar dotadas de alta demanda internacional. Para aumentar o nível do excedente nacional, o país teria que solucionar os problemas que freavam a expansão do complexo primário exportador argentino.

Desse modo, podemos analisar a Campanha do Deserto, a construção das ferrovias e o enorme fluxo de imigrantes rumo à Argentina sob um prisma econômico, em que fica claro a necessidade da expansão e generalização do trabalho livre no país.

A Campanha do Deserto, expressão máxima da expansão territorial argentina, foi altamente vinculada com a construção de ferrovias no país. Além da importância para a consolidação do Estado e da coesão Nacional, também tiveram seu papel na dinâmica econômica da época. Com a expansão territorial e a implantação de uma densa malha ferroviária no país, novas terras foram colocadas em produção. As novas terras, recém-conquistadas, eram o mais rápido possível utilizadas na produção agropecuária

para exportação. Apesar de estarem distantes dos portos de embarcação, as ferrovias permitiam que as grandes distâncias fossem percorridas a baixos custos, garantindo a viabilidade econômica dessas novas áreas.

Dentro desse contexto entende-se a política agrária argentina. Desde que o país tornou-se independente uma série de leis e regimentos foram tentados para que o Estado pudesse legislar sobre o território argentino, caracterizado então por uma baixa densidade populacional. Ao final do processo de expansão territorial argentino, observou-se que o padrão de apropriação rural foi marcado pelo predomínio da grande propriedade, com concentração fundiária dos antigos grandes proprietários (principalmente pecuaristas) e com especuladores. Ainda assim, houve o aparecimento de grande número de arrendatários surgidos no período da grande expansão econômica, principalmente concentrados na produção cerealífera, constituindo um marco distintivo da questão agrária na Argentina em relação ao Brasil.

A Argentina atraiu um grande fluxo de imigrantes para trabalharem em sua zona rural, maior mesmo que o Brasil. Como o acesso a terra permaneceu fechado à grande parte da população, similarmente com o ocorrido no Brasil, os imigrantes não conseguiram tornarem-se proprietários rurais, e não houve o surgimento de uma classe média rural. Os imigrantes que iam para as zonas rurais argentinas trabalhavam como peões assalariados, jornaleros, e o máximo que conseguiam em termos de ascensão social no campo era tornarem-se arrendatários.

Dado o modelo de crescimento primário-exportador argentino, muitos imigrantes e trabalhadores encaminhavam-se para as cidades, em busca de melhores oportunidades. O processo de urbanização argentino foi mais precoce e intenso que no caso brasileiro. Isso proporcionou maiores oportunidades de emprego urbano, o que fez com que os setores industrial e comercial tivessem importância destacada na economia argentina.

O regime de trabalho adotado na Argentina de modo geral foi algo que realmente se poderia caracterizar como relações tipicamente capitalistas de produção. Como resultado de todo o processo, o grau de monetização e mercantilização da economia foi muito maior que no caso brasileiro. Os salários reais foram fixados em níveis superiores no país platino, e as possibilidades de mobilidade social também foram maiores. O mercado interno argentino mostrou-se maior e mais dinâmico que o brasileiro, com o surgimento de uma classe média urbana e a proletarianização de parcela de sua população.

Ambos os países, apesar de suas diferenças, não conseguiram avançar no processo de industrialização e romper definitivamente com algumas estruturas da sociedade colonial. Nos dois países, as antigas oligarquias rurais conseguiram manter seu poder e prestígio político. Não por coincidência que as políticas agrárias levadas por Brasil e Argentina, apesar de leis e regimentos diferentes, tiveram um resultado semelhante: manutenção do latifúndio como marca da estrutura agrária e bloqueio à terra aos trabalhadores livres e imigrantes.

Outro ponto em comum, quanto à política de imigração, foram as inúmeras tentativas das burocracias estatais de patrocinarem a chamada imigração para “colonização” ou “povoamento”. Tanto no caso brasileiro quanto no caso argentino essas tentativas falharam. A política de imigração adotada nos dois países seguiu os interesses dos grandes cafeicultores, no caso brasileiro, e dos agropecuaristas, no caso argentino, trazendo aos países imigrantes com o objetivo de tornar-lhes meros trabalhadores rurais, sem direito à propriedade. No caso brasileiro, inclusive, o Estado participou ativamente, financiando o transporte do europeu até o Brasil.

Esses pontos - embora insuficientes - ajudam a compreender o processo de desenvolvimento levados por esses dois países, e como essas opções políticas moldaram a inserção periférica de Brasil e Argentina no sistema de divisão internacional do trabalho nascido com a revolução industrial inglesa.

Anexos – Mapas e Estatísticas

I) Argentina: Distribuição da população no início do século XIX



Fonte: FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J (2004)

II) Brasil: Território em 1830



Fonte: FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J (2004)

Estatística: Imigração bruta de ultramar por país receptor (1821-1932)

Imigração Bruta Ultramarina por País Receptor (1821-1932)	
EUA	32 244 000 de imigrantes
Argentina	6 405 000 de imigrantes
Canadá	5 206 000 de imigrantes
Brasil	4 431 000 de imigrantes
Austrália	2 913 000 de imigrantes

Fonte: Germani (1962)

Bibliografia

BEYHAUT, Gustavo, CORTÈS – CONDE, Roberto, GOROSTEGUI, H. e TORRADO, S. Los Imigrantes em El Sistema Ocupacional Argentino. In: DI TELLA, Torcuato S., GERMANI, Gino & GRACIARENA, Jorge. Argentina, Sociedad de Masas. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965

BULMER-THOMAS, Victor. The Economic History of Latin America since Independence. Cambridge University Press, 2003

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: Ed. Unicamp, 1977

CORTÉS CONDE, Roberto. The Export Economy of Argentina 1880-1920. In: CORTÉS CONDE, Roberto & HUNT, Shane J. The Latin American Economies: Growth and the Export Sector 1880-1930. Nova Iorque: Holmes & Meier, 1985

COSTA, Emília Viotti. A Abolição, 1982

COSTA, Emília Viotti. Da Senzala à Colônia, Editora UNESP, 1997

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos, Editora Brasiliense, 1987

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004

FERRER, Aldo. A Economia Argentina: de suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

FERRERAS, Norberto. No País da Cocanha: Aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920). Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2001

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

FURTADO, Celso. A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos, São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GERMANI, Gino. Política y Sociedad en una Época de Transición: De La Sociedad Tradicional a La Sociedad de Masas. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1962

LENZ, Maria Heloísa. Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: A Belle Époque. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: LECH, 1979

PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, 2006

SILVA, Lígia Osório. A Fronteira e Outros Mitos. Tese de Livre-Docência, Campinas: 2001

SILVA, Lígia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed. Unicamp, 1996

SILVA, Lígia Osório & SECRETO, M. Verônica. Terras Públicas, Ocupação Privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. In: Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, nº12, junho de 1999, p. 110-141.